

 **MAXI**  
FORMATO  
Leitura otimizada

**NELSON ROSENVALD**  
**FELIPE BRAGA NETTO**  
**CRISTIANO CHAVES DE FARIAS**

MANUAL  
DE **DIREITO**

**CIVIL** *volume*  
*único*

**Novo Capítulo:** Reforma do Código  
Civil: Contexto e Novidades Propostas

**10<sup>a</sup>**  
**edição**  
.....  
revista  
atualizada  
ampliada

2025

 **EDITORA**  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F224m Farias, Cristiano Chaves de.  
Manual de Direito Civil - Volume Único / Cristiano Chaves de Farias, Felipe Braga Netto e Nelson  
Rosenvald – 10. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Juspodivm, 2025.

1.632 p.

(Coleção Manuais - Volume Único)

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-442-6429-4.

1. Direito Civil. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Netto, Felipe Braga. III. Rosenvald, Nelson. IV.  
Titulo.

CDD 342.1

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moís – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

## CONCEITOS FUNDAMENTAIS

<b>1. CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL.....</b>	<b>77</b>
1. Direito civil: origens e funções contemporâneas.....	77
2. Para aonde estamos indo? A estrutura teórico-normativa do novo direito civil.....	78
2.1. O direito civil em sociedades complexas e plurais.....	80
2.2. Os fins éticos do direito civil contemporâneo.....	83
3. Um início de século marcado por mudanças.....	86
3.1. Mudanças na parte geral.....	87
3.2. Mudanças no direito contratual.....	91
3.3. Mudanças no direito de propriedade.....	96
3.4. Mudanças no direito das famílias.....	98
3.5. Mudanças na responsabilidade civil.....	103
3.6. Mudanças no direito das sucessões.....	108
4. Características do direito civil no século XXI.....	111
4.1. Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil.....	111
4.2. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas.....	113
4.3. Existência não só de códigos civis, mas também de microsistemas legislativos.....	114
4.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos.....	115
4.4.1. Há hierarquia normativa entre princípios e regras?.....	117
4.5. Funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis.....	117
4.6. A renovação da interpretação no direito civil: a teoria dos direitos fundamentais.....	119
4.7. O direito civil no Estado dos direitos fundamentais: novas funções.....	121
4.8. Distinção entre interesse estatal e interesse público (e o questionamento da supremacia do interesse público sobre o particular).....	122
4.9. Menor relevância da distinção entre direito público e privado.....	124
4.10. Redução qualitativa da autonomia da vontade.....	126
4.11. Valorização da igualdade substancial e equivalência material entre as prestações.....	128
4.12. Valorização da boa-fé objetiva e de suas múltiplas funções.....	129
4.13. A função social no direito civil.....	131
4.13.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia.....	132

4.13.2. Planos de saúde: um breve olhar sobre a experiência brasileira .....	133
4.14. Maior proteção às vítimas dos danos.....	140
4.14.1. Distinguindo: ilícito civil x responsabilidade civil.....	141
4.14.2. Tutela contra o ilícito no CPC/2015.....	141
4.15. Diálogo das fontes.....	142
4.15.1. Situações em que, segundo o STJ, não se aplica o CDC.....	143
4.15.2. Situações em que, segundo o STJ, aplica-se o CDC.....	146
4.16. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo.....	149
4.17. Ampliação dos espaços de liberdade nas situações subjetivas existenciais .....	150
4.18. Direito privado coletivo: do sujeito isolado ao sujeito conectado.....	153
4.19. Direito civil e novas tecnologias.....	154
4.19-A. O julgamento do STF (2024-2025) sobre o Marco Civil da Internet.....	156
4.19.1. O direito fundamental à proteção de dados.....	157
4.19.2. A economia do compartilhamento ( <i>sharing economy</i> ).....	158
4.19.3. Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos .....	159
4.19.3.1. Personalidade às máquinas com inteligência artificial?.....	163
4.19.3.2. A questão dos veículos autônomos.....	163
4.19.3.3. Presença digital também é presença.....	163
4.19.3.4. Aspectos comportamentais negativos: discurso do ódio e <i>fake news</i> .....	163
4.20. Um olhar para o futuro do dinheiro: vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas.....	164
4.20.1. <i>Blockchain</i> .....	164
4.20.2. Bitcoin.....	165
4.20.3. Ethereum e outras criptomoedas.....	165
4.20.4. Finanças descentralizadas (DeFi).....	166
4.20.5. <i>Smart contracts</i> .....	166
4.20.6. NFTs.....	167
4.20.7. Metaverso.....	167
4.20.7.1. Entre avanços e perigos: as complexidades do metaverso .....	167

**1.1. REFORMA DO CÓDIGO CIVIL: CONTEXTO E NOVIDADES PROPOSTAS ..... 169**

Interpretando e contextualizando as propostas legislativas .....	173
1. Parte Geral.....	173
1.1. A nova redação do art. 1º.....	173
1.2. As atualizações terminológicas.....	174
1.3. Os animais como seres sencientes.....	174
1.4. A unificação dos prazos da pretensão de reparação civil.....	175
1.5. A adoção da teoria subjetiva da <i>actio nata</i> .....	175
1.6. A previsão do direito à verdade acerca da própria origem genética.....	176
1.7. Uma tutela mais moderna dos direitos da personalidade.....	177
1.8. Algumas questões sobre a integridade física, disposição do próprio corpo e tratamento médico .....	177
1.9. A questão da recusa terapêutica e a recente decisão do STF.....	178
1.10. Reconhecimento e preservação da identidade pessoal .....	179
1.11. Exercícios abusivos de direitos e indenização.....	180
1.12. A disciplina do direito à imagem.....	180
1.13. Aprimoramentos na responsabilidade civil do Estado .....	182
1.14. A conformidade com as normas de ordem pública como requisito de validade dos negócios jurídicos.....	183
1.15. A escritura pública passa a ser obrigatória em todos os negócios jurídicos relativos a imóveis.....	183
1.16. A consagração da teoria da aparência.....	183
1.17. A irrelevância do erro ser escusável ou não .....	184
1.18. A questão da coação.....	184
1.19. A anulabilidade antes da sentença de interdição.....	184
1.20. Contagem do prazo decadencial em caso de anulabilidade.....	184
1.21. Da licitude dos atos e das atividades jurídicas.....	185

1.22. Os ilícitos civis.....	185
1.23. A questão das provas.....	187
2. Obrigações.....	187
3. Responsabilidade Civil .....	188
3.1. Uma disciplina normativa do passado?.....	188
3.2. Danos extrapatrimoniais e danos patrimoniais.....	189
3.3. A consagração legislativa da distinção entre fortuito interno e fortuito externo.....	189
3.4. A previsão de uma norma geral sobre a responsabilidade pelo fato da coisa.....	190
3.5. Fortalecimento dos deveres de prevenção.....	191
3.6. Importantes correções na responsabilidade por fato de outrem.....	193
3.7. Transmissibilidade com a herança da possibilidade de exigir danos extrapatrimoniais e patrimoniais.....	194
3.8. Repetição do indébito no caso de cobrança de dívida inexistente (e arbitramento de valor compensatório complementar).....	194
3.9. Danos diretos ou indiretos, atuais ou futuros (mas não hipotéticos).....	195
3.10. A consagração legislativa da teoria da perda de uma chance .....	195
3.11. A possibilidade, em casos excepcionais, de calcular o dano patrimonial por estimativa.....	196
3.12. Uma via alternativa: um montante razoável correspondente à violação do direito .....	196
3.13. A indenização no fato concorrente (corresponsabilidade do lesado).....	197
3.14. A previsão da mitigação de danos.....	198
3.15. A previsão dos <i>rescue cases</i> .....	199
3.16. Reparação integral e previsão de formas não patrimoniais de compensar o dano extrapatrimonial.....	199
3.17. A difícil questão de quantificar os danos extrapatrimoniais: avanços do Anteprojeto.....	200
3.17.1. A ausência de critérios no Código Civil de 2002.....	201
3.17.2. A quantificação dos danos extrapatrimoniais na CLT.....	201
3.17.3. A dificuldade de quantificar o inquantificável.....	201
3.17.4. O método bifásico (danos morais individuais e coletivos).....	202
3.17.5. Parâmetros do Anteprojeto para a segunda fase do método bifásico .....	202
3.17.6. A previsão de uma sanção pecuniária de caráter pedagógico.....	203
3.18. A definição de limites na sanção pedagógica e a questão da condição financeira do ofensor e da vítima.....	207
3.19. Consideração do <i>bis in idem</i> .....	207
3.20. A destinação da indenização para fundos públicos .....	208
4. Contratos .....	208
5. Reais.....	211
6. Família.....	213
6.1. Previsão do divórcio impositivo ou unilateral.....	213
6.2. Previsão do divórcio <i>post mortem</i> .....	213
6.3. Previsão de novos temas em matéria de reprodução humana.....	214
6.4. Alteração da solução diante do pai que não reconhece o filho.....	214
6.5. Diretiva antecipada de curatela .....	214
6.6. Fortalecimento da dimensão existencial dos direitos .....	214
6.7. Retirada do Código das normas sobre separação judicial .....	215
6.8. Disciplina da separação de fato.....	215
6.9. Fim do regime de participação final nos aquestos.....	215
6.10. Fim do regime da separação obrigatória de bens .....	216
6.11. Aumento dos atos civis que não precisam passar pelo Judiciário .....	216
6.12. Valorização da autodeterminação e do princípio da intervenção mínima.....	216
6.13. Reconhecimento da pluralidade de entidades familiares.....	217
6.14. Atualização da linguagem em múltiplos pontos.....	217
6.15. A adoção da <i>sunset clause</i> (cláusula do pôr do sol).....	218
7. Sucessões .....	218
7.1. Contexto e linhas gerais.....	218
7.2. Compatibilização, à luz da decisão do STF, das normas entre casamento e união estável .....	218

7.3.	Extinção do direito de concorrência sucessória de cônjuges e companheiros com descendentes e ascendentes.....	218
7.4.	O cônjuge deixa de ser herdeiro necessário.....	219
7.5.	Ampliação das situações que entram na comunhão parcial.....	220
7.6.	Importante mudança relativa ao direito real de habitação.....	220
7.7.	Ampliação da liberdade do testador em prol dos herdeiros vulneráveis (e outras hipóteses de ampliação dos espaços de autodeterminação).....	220
7.8.	Simplificação das formas, aceitação de meios digitais e fim dos testamentos especiais.....	221
8.	Direito Digital.....	222
<b>2.</b>	<b>LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>224</b>
1.	Uma palavra prévia: distinguindo Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Parte Geral do Código Civil.....	224
1.1.	O Código Civil brasileiro e sua parte geral: um breve sumário explicativo.....	226
1.2.	O que faz parte do direito civil atualmente?.....	226
1.3.	O sistema aberto do direito civil: eticidade, socialidade e operabilidade.....	227
2.	Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro.....	229
2.1.	Antiga e atual denominação: fundamentos e razões.....	230
2.2.	O que são normas de sobredireito?.....	231
2.3.	Fontes do direito: abordagem tradicional e equívocos recorrentes.....	231
2.4.	“Princípios gerais do direito” é uma expressão sinônima de princípios constitucionais?.....	233
2.5.	Âmbito de aplicação (e possíveis exceções) da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	233
2.6.	A existência de lacunas no ordenamento e os mecanismos de integração.....	234
2.7.	Vigência, revogação, <i>vacatio legis</i> e <i>desuetudo</i> no ordenamento brasileiro.....	236
2.8.	Eficácia das leis no tempo: a questão do direito intertemporal.....	240
2.8.1.	Critérios gerais.....	240
2.8.2.	Irretroatividade e leis de ordem pública.....	241
2.8.3.	Direito adquirido e constituinte originário.....	242
2.8.4.	Direito adquirido e constituinte derivado (emendas).....	242
2.8.5.	A questão da relativização do direito adquirido e da coisa julgada.....	242
2.9.	Eficácia das leis no espaço: a questão da territorialidade da lei.....	243
2.9.1.	Aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada.....	244
2.9.2.	Sentença estrangeira e o <i>exequatur</i> do STJ.....	244
2.9.2.1.	Laudo arbitral estrangeiro exige o <i>exequatur</i> ?.....	245
2.9.2.2.	Decisões administrativas estrangeiras e de tribunais eclesiásticos.....	246
2.9.3.	Prova de fatos ocorridos no exterior.....	246
2.9.4.	Direito das famílias e a sua aplicação no espaço (direito internacional das famílias).....	246
2.9.5.	Cláusula de eleição de foro estrangeiro e o CPC/2015.....	247
3.	As mudanças na LINDB: a <i>publicização</i> do seu conteúdo.....	247

## PARTE GERAL

<b>1.</b>	<b>DIREITOS DA PERSONALIDADE.....</b>	<b>251</b>
1.	Dos bens materiais aos bens imateriais.....	251
2.	A construção dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror.....	252
3.	Compreendendo o conceito de pessoa: um passo além do formalismo.....	253
3.1.	As múltiplas dimensões normativas da dignidade.....	253
4.	As democracias constitucionais contemporâneas e as esferas autodeterminativas.....	254
5.	Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	254
5.1.	Discriminação de fato e discriminação indireta (teoria do impacto desproporcional).....	255
6.	Qual a terminologia mais adequada? Entendendo as integridades física, moral e intelectual.....	256

6.1.	Direito à integridade física .....	257
6.1.1.	A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal .....	258
6.1.2.	A questão do consentimento informado .....	258
6.1.3.	A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador .....	259
6.1.4.	A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue .....	259
6.1.5.	A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos .....	260
6.1.6.	A questão da mudança de sexo e mudança no registro .....	261
6.1.7.	A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada .....	262
6.2.	Direito à integridade psíquica (moral) .....	262
6.2.1.	Direito à imagem .....	263
6.2.1.1.	O caráter autônomo do direito à imagem .....	263
6.2.1.2.	O caráter uno do direito à imagem .....	263
6.2.1.3.	O caráter <i>in re ipsa</i> do direito à imagem .....	264
6.2.1.4.	A análise da função social da imagem .....	264
6.2.1.5.	Parâmetros de ponderação .....	265
6.2.1.6.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades .....	266
6.2.2.	Direito ao nome .....	270
6.2.2.1.	As funções do nome .....	270
6.2.2.1.1.	O nome como direito da personalidade .....	270
6.2.2.1.2.	O nome como sinal designativo .....	271
6.2.2.2.	A simplificação operada pelo Código Civil .....	272
6.2.2.3.	Registros públicos: o princípio da inalterabilidade relativa do nome .....	272
6.2.2.3.1.	Erro gráfico evidente .....	272
6.2.2.3.2.	Prenomes ridículos .....	272
6.2.2.3.3.	Adoção .....	273
6.2.2.3.4.	Apelidos públicos notórios .....	273
6.2.2.3.5.	Fundado temor em razão de colaboração com apuração de crimes .....	273
6.2.2.3.6.	Possibilidade de alteração imotivada do nome aos 18 anos .....	274
6.2.2.3.7.	Naturalização do estrangeiro .....	274
6.2.2.3.8.	Cirurgias de redesignação sexual .....	274
6.2.2.4.	O caráter exemplificativo do rol de mudanças: cláusula aberta .....	275
6.2.2.5.	Exceções: hipóteses de alteração do sobrenome .....	276
6.2.2.6.	Questões atuais relativas ao nome .....	276
6.2.2.6.1.	O nome e a multiparentalidade .....	276
6.2.2.6.2.	O nome social .....	276
6.2.2.6.3.	O direito ao nome e as inovações da Lei n. 14.382/2022 .....	276
6.3.	Integridade intelectual .....	278
6.3.1.	Direitos patrimoniais do autor .....	278
6.3.2.	Direitos extrapatrimoniais do autor .....	279
6.3.3.	Questões atuais relativas ao tema .....	279
6.3.3.1.	Biografias não autorizadas .....	279
6.3.3.2.	<i>Hate speech</i> .....	281
7.	A opção prioritária pela tutela preventiva .....	282
7.1.	O <i>bullying</i> e a tutela preventiva .....	283
7.2.	Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta .....	283
7.3.	A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória .....	284
8.	Quais as (reais) características dos direitos da personalidade? .....	284
8.1.	A dupla inerência dos direitos da personalidade .....	286
8.2.	A transmissão dos efeitos patrimoniais das lesões personalíssimas e a questão da prescrição .....	286
9.	Direitos da personalidade e danos morais: refazendo o percurso histórico-jurisprudencial .....	287
10.	Deveres de proteção por parte do Estado .....	288
11.	Outras questões polêmicas .....	289
11.1.	Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar? .....	289
11.2.	Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI? .....	290

11.2.1. Estatuto Jurídico dos Animais: nova qualificação jurídica em Portugal (Lei n. 8/2017) .....	291
12. A liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental .....	291
12.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede .....	292
12.2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos .....	292
12.2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício? .....	292
12.2.2. Os abusos, quando configurados, são atos ilícitos.....	293
12.2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos.....	294
12.2.4. O direito de resposta como tutela específica .....	295
12.2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	295
12.2.5. Quem responde por danos causados através da imprensa?.....	296
12.2.5.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?.....	296
12.2.5.2. Lei de imprensa: não recepção pela Constituição de 1988.....	296
13. Contextualizando o uso da imagem alheia.....	297
13.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	297
13.1.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	297
13.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido .....	297
13.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita.....	298
13.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação.....	298
13.4. Fotos de multidões e direito à imagem.....	299
13.5. Imagens de crianças e adolescentes.....	299
13.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	300
<b>2. UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO.....</b>	<b>301</b>
1. Direitos que estão na pauta do século XXI .....	301
1.1. Direito à identidade sexual.....	301
1.2. Direito à autodeterminação informativa e <i>paper less society</i> : entre o mundo físico-convencional e o mundo digital .....	303
1.3. Direito à verdade acerca da própria origem genética.....	305
1.4. Direito de não saber .....	306
1.5. Direito ao esquecimento .....	307
1.6. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade .....	308
1.7. Direito à educação domiciliar? A questão do <i>homeschooling</i> .....	309
1.8. Direito de não nascer? Um tema mal colocado.....	310
1.9. Direito ao tempo útil (e outras formulações como a teoria do desvio produtivo).....	310
2. O extraordinário desenvolvimento da biotecnologia: dilemas éticos e jurídicos.....	311
2.1. Questões relativas aos dados genéticos.....	312
2.2. Bioética e autonomia do paciente .....	312
2.2.1. A questão das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs).....	313
2.3. Direito à morte digna? Distinguindo ortotanásia, distanásia, suicídio assistido e eutanásia.....	313
2.4. Os novos modos de “engravidar” no século XXI.....	314
2.5. Um novo olhar para os riscos.....	316
3. O diálogo intergeracional: olhando para o futuro .....	317
4. Estado de coisas inconstitucional: possíveis repercussões hermenêuticas.....	318
4.1. A normatividade dos direitos fundamentais: levando direitos a sério.....	319
4.2. Um passo além da retórica: não é uma proteção “se der”.....	319
4.3. Quanto mais valioso o direito, mais aceitável é o ativismo judicial .....	319
4.4. Fazendo conexões teóricas entre direitos sociais e consequências vinculantes.....	320
4.4.1. Poderes públicos.....	320
4.4.2. Poderes privados .....	321
5. Aplicação dos tratados e convenções internacionais às relações civis.....	321
5.1. Constitucionalização e convencionalização do direito civil.....	322
6. Os princípios e a ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada ao direito civil .....	323
7. A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i> ) nos casos extremos .....	323

8.	Aplicação do direito civil e os desacordos morais razoáveis.....	324
9.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) .....	325
<b>3.</b>	<b>PERSONALIDADE CIVIL .....</b>	<b>329</b>
1.	Personalidade: um conceito chave para o direito civil.....	329
2.	Quando tem início a personalidade?.....	330
2.1.	A questão do nascituro: três teorias explicativas.....	331
2.1.1.	Teoria concepcionista.....	331
2.1.1.1.	O nascituro como pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento .....	332
2.1.1.2.	Nascituro: direitos existenciais x direitos patrimoniais.....	332
2.1.2.	Teoria natalista.....	333
2.1.3.	Teoria da personalidade condicional.....	333
2.2.	Há relevância pragmática na distinção? .....	333
2.3.	O início da personalidade de acordo com o Código Civil.....	334
3.	O caráter juridicamente singular do embrião.....	334
3.1.	A situação do embrião antes da implantação no útero.....	334
3.2.	A situação do embrião depois da implantação no útero .....	335
3.3.	A decisão do STF sobre as células-tronco embrionárias .....	335
4.	O conceito contemporâneo de personalidade: um conceito ético-jurídico.....	336
5.	Um novo olhar para os animais?.....	336
5.1.	Há dignidade para além do ser humano? .....	337
5.1.1.	Duas visões teóricas.....	338
5.1.2.	Uma visão legislativa recente: seres dotados de sensibilidade .....	338
5.2.	Farra do boi e vaquejadas: o olhar do STF .....	339
6.	Fim da personalidade da pessoa humana .....	340
6.1.	Morte real .....	340
6.2.	Morte civil.....	340
6.3.	Morte presumida .....	341
6.3.1.	Morte presumida sem decretação de ausência.....	341
6.3.2.	Morte presumida com decretação de ausência .....	341
6.4.	Comoriência.....	341
7.	Ausência.....	342
7.1.	Quem é ausente para o direito civil? .....	342
7.1.1.	Legitimação ativa, curador e foro competente.....	342
7.1.2.	Fundamento do instituto da ausência.....	343
7.2.	As três fases da ausência.....	343
7.2.1.	Curadoria dos bens do ausente .....	343
7.2.2.	Sucessão provisória .....	344
7.2.3.	Sucessão definitiva .....	344
7.3.	A ausência no CPC/2015.....	344
<b>4.</b>	<b>A NOVA TEORIA DAS CAPACIDADES .....</b>	<b>345</b>
1.	Teoria das capacidades: o amanhecer de um novo tempo.....	345
1.1.	Entre a vida e as regras.....	345
1.2.	O ser humano como uma fonte de escolhas íntimas que deverão ser respeitadas.....	345
1.3.	Um triste passado: vidas confiscadas.....	346
1.4.	A capacidade como direito fundamental.....	347
2.	A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).....	348
3.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	348
3.1.	Dois modelos jurídicos.....	348
3.1.1.	Deficiência sem curatela.....	348
3.1.1.1.	Deficientes sem curatela e a Tomada de Decisão Apoiada .....	349
3.1.2.	Deficiência com curatela .....	349

3.1.2.1.	O perfil funcionalizado da curatela .....	349
3.1.2.2.	A curatela no CPC/2015 .....	350
4.	Um Código Civil de outro tempo? .....	350
4.1.	Uma análise crítica das incapacidades do Código Civil .....	351
4.2.	Um novo olhar para a teoria das (in)capacidades .....	352
4.3.	Valorizando a autodeterminação dos adolescentes e pessoas idosas .....	352
4.3.1.	Pessoas Idosas: autonomia existencial e patrimonial progressivamente valorizada .....	352
4.3.2.	Adolescentes: não tão incapazes assim (a valorização do discernimento) .....	353
<b>5.</b>	<b>CAPACIDADE E INCAPACIDADE CIVIL.....</b>	<b>355</b>
1.	Personalidade e capacidade: conceitos que não se confundem.....	355
1.1.	Existe incapacidade de direito? .....	355
2.	Espécies de incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa .....	356
2.1.	Suprimento da incapacidade: representantes e assistentes .....	356
2.1.1.	Representantes .....	356
2.1.2.	Assistentes.....	357
3.	Hipóteses de incapacidade civil que deixaram de existir .....	357
3.1.	Incapacidade absoluta .....	357
3.1.1.	Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos.....	357
3.1.2.	Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.....	357
3.2.	Incapacidade relativa .....	357
3.2.1.	Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido .....	357
3.2.2.	Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.....	358
4.	Hipóteses atuais de incapacidade civil no Brasil.....	358
4.1.	Incapacidade absoluta .....	358
4.1.1.	Menores de 16 anos.....	358
4.1.1.1.	Pequenos atos da vida negocial praticados por crianças.....	358
4.1.1.2.	<i>Restitutio in integrum</i> e outras situações que beneficiam o incapaz.....	359
4.2.	Incapacidade relativa .....	359
4.2.1.	Maiores de 16 e menores de 18.....	359
4.2.1.1.	Os incapazes (absoluta ou relativamente) podem responder civilmente por danos causados? .....	360
4.2.2.	Alcoólatras e viciados em drogas.....	360
4.2.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	361
4.2.4.	Os pródigos.....	361
4.2.5.	Hipóteses conexas .....	362
4.2.5.1.	A questão da capacidade dos indígenas.....	362
4.2.5.2.	A questão da capacidade dos surdos-mudos .....	362
4.2.5.3.	Deficiências físicas não mentais: paraplegia, tetraplegia e outras doenças incapacitantes .....	362
4.2.5.4.	O cidadão condenado criminalmente.....	362
4.2.5.5.	O conceito de ilegitimidade no direito material .....	363
5.	A questão da capacidade em diálogo das fontes .....	363
5.1.	Um breve olhar para os incapazes no CPC/2015.....	363
5.2.	Capacidade e negócios jurídicos processuais.....	363
5.3.	Incapacidade no Código Civil e vulnerabilidade no CDC: distinções .....	364
5.3.1.	Vulnerabilidade e hipervulnerabilidade.....	365
5.4.	Hipossuficiência e atualidades sobre a inversão do ônus da prova.....	365
6.	Cessaçã das incapacidades .....	366
6.1.	Emancipação .....	368
6.1.1.	Emancipação voluntária.....	368
6.1.2.	Emancipação judicial.....	369
6.1.3.	Emancipação legal (automática) .....	369

6.1.3.1.	Casamento.....	369
6.1.3.1.1.	Diferença entre autorização para o casamento e emancipação.....	369
6.1.3.1.2.	Há retorno à incapacidade em caso de viuvez ou casamento nulo?.....	370
6.1.3.2.	Exercício de emprego público efetivo.....	370
6.1.3.3.	Colação de grau em curso de ensino superior.....	370
6.1.3.4.	Estabelecimento civil ou comercial e relação de emprego.....	371
7.	Estado da pessoa ( <i>status</i> ): da estrutura à função.....	371
7.1.	Interdição: uma expressão a ser evitada.....	372
<b>6.</b>	<b>PESSOAS JURÍDICAS.....</b>	<b>373</b>
1.	As pessoas jurídicas e seus ciclos históricos.....	373
2.	Quem pode titularizar relações jurídicas?.....	374
3.	Início da personificação das pessoas jurídicas: caráter constitutivo do registro.....	374
3.1.	Onde realizar o registro?.....	375
3.2.	Necessidade de autorização especial ou de cadastros posteriores à Constituição.....	375
3.3.	Ausência e cancelamento do registro.....	375
4.	Características: o que define uma pessoa jurídica?.....	376
5.	As teorias clássicas que tentam explicar a pessoa jurídica: discussão necessária?.....	377
6.	Entes não personalizados: quem são?.....	377
6.1.	Sujeitos de direito que não são pessoas.....	377
6.1.1.	Condomínio edilício.....	378
6.1.2.	Sociedade não personificada e sociedade irregular.....	378
6.1.3.	Herança jacente e vacante.....	378
6.1.4.	Espólio.....	379
6.1.5.	Outras situações possíveis.....	379
7.	A teoria do órgão: representação ou apresentação da pessoa jurídica?.....	379
8.	A teoria da aparência.....	380
8.1.	A teoria da aparência <i>versus</i> a teoria <i>ultra vires</i> .....	381
9.	Direitos da personalidade e pessoa jurídica.....	381
9.1.	Os chamados danos institucionais.....	381
10.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	382
10.1.	Entendendo a desconsideração: a funcionalização do instituto.....	382
10.2.	Distinguindo desconsideração de despersonalização.....	383
10.3.	Teorias maior e menor: diferenciações e âmbitos de aplicação.....	383
10.3.1.	Código Civil e teoria maior: teorias maior subjetiva e objetiva.....	383
10.3.2.	CDC e teoria menor.....	384
10.4.	Requisitos para a desconsideração.....	385
10.4.1.	A desconsideração e a Lei de Liberdade Econômica.....	385
10.4.2.	Desconsideração e “sociedades em comum” (sociedade irregular ou de fato).....	388
10.5.	Aspectos processuais da desconsideração: diálogos entre o CC e o CPC/2015.....	388
10.6.	Desconsideração inversa: consagração doutrinária, jurisprudencial e normativa.....	389
10.7.	Outros campos temáticos da desconsideração.....	389
10.7.1.	A desconsideração e as <i>offshore companies</i> .....	389
10.7.2.	A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	390
10.7.3.	A desconsideração no âmbito da administração pública.....	390
10.7.4.	A desconsideração e a questão da subcapitalização.....	390
10.7.5.	A desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	391
10.7.6.	A desconsideração e as pessoas jurídicas sem fins lucrativos.....	391
11.	Classificação e espécies de pessoas jurídicas.....	391
11.1.	Pessoas jurídicas de direito público: espécies e forma de criação.....	391
11.2.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	392
11.2.1.	Corporações: a prevalência do elemento associativo.....	392
11.2.1.1.	Associações.....	392

11.2.1.1.1.	A questão da exclusão do associado.....	393
11.2.1.1.2.	Organizações religiosas e partidos políticos.....	394
11.2.1.1.2.1.	É possível o controle de legitimidade das organizações religiosas?.....	394
11.2.1.1.3.	As taxas de manutenção e os condomínios de lote.....	395
11.2.1.2.	Sociedades.....	396
11.2.1.2.1.	Função social da empresa x função social da propriedade.....	396
11.2.2.	Fundações.....	396
11.2.2.1.	As fundações e a atuação do Ministério Público.....	397
11.2.2.2.	A questão dos fins das fundações.....	397
11.2.2.3.	As fundações podem participar de sociedade?.....	398
11.2.2.4.	A polêmica questão das fundações de direito público.....	398
11.2.3.	O chamado Terceiro Setor.....	399
11.2.4.	Os empreendimentos de economia solidária (Lei n. 15.068/2024).....	399
12.	O Estado no século XXI: contextualização.....	400
12.1.	Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?.....	401
12.2.	A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira.....	402
12.2.1.	Uma lenta assimilação cultural das mudanças.....	402
12.3.	O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado.....	403
13.	As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	403
13.1.	A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais.....	404
13.1.1.	A teoria dos deveres de proteção.....	404
13.1.2.	O princípio da vedação de medidas insuficientes.....	405
13.2.	Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais.....	405
13.2.1.	O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	405
13.2.1.1.	O olhar recente do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios).....	406
14.	Agentes públicos: compreendendo a expressão.....	406
14.1.	Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”.....	407
14.2.	A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”.....	407
14.3.	É possível propor a ação diretamente contra o agente público?.....	408
14.3.1.	A teoria da dupla garantia.....	408
14.3.2.	A teoria da inexistência do benefício de ordem.....	408
14.3.3.	Visões distintas: STF e STJ.....	408
14.3.3.1.	A questão no STJ.....	408
14.3.3.2.	A questão no STF.....	409
14.4.	Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude.....	409
14.4.1.	As inovações do CPC/2015.....	410
14.5.	Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos.....	410
15.	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	410
15.1.	Omissão genérica e omissão específica.....	411
15.2.	O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	411
15.3.	A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?.....	412
15.3.1.	Visões distintas: STF e STJ.....	412
15.3.2.	Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada.....	412
15.3.3.	Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?.....	412
15.3.3.1.	A questão no STJ.....	414
15.3.3.2.	A questão no STF.....	414
15.3.4.	O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões.....	415
15.3.5.	Até os subjetivistas estão objetivando?.....	416
15.4.	Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?.....	417
16.	Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais.....	421
16.1.	Responsabilidade civil por atos legislativos.....	421
16.1.1.	Imunidade parlamentar e questões conexas.....	422

16.1.2.	O dever de indenizar e as leis.....	423
16.1.2.1.	Leis inconstitucionais.....	423
16.1.2.2.	Leis constitucionais.....	424
16.1.3.	Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema.....	424
16.2.	Responsabilidade civil por atos judiciais.....	425
16.2.1.	A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?.....	426
16.3.	Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?.....	426
16.3.1.	Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco .....	427
17.	Outras questões.....	428
17.1.	Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016.....	428
17.2.	Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícios de patrimonialismo?).....	430
17.2.1.	Direito ou dever do Estado?.....	430
17.2.2.	A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?.....	432
17.2.3.	Há prazo prescricional para a ação de regresso?.....	432
17.2.3.1.	<i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema.....	433
17.3.	Prescrição: polêmicas e definições.....	433
17.4.	A questão da denunciação da lide .....	434
17.5.	Danos multitudinários: visão atual do problema.....	434
17.6.	A lei anticorrupção (Lei n. 12.846/2013): aspectos relevantes.....	436
<b>7.</b>	<b>DOMICÍLIO .....</b>	<b>438</b>
1.	Contextualização e importância.....	438
2.	Conceito de domicílio .....	439
2.1.	Domicílio profissional .....	439
3.	Pluralidade de domicílios .....	440
3.1.	Sistemas francês e alemão.....	440
3.2.	Opção brasileira.....	440
4.	Questionando o “ânimo definitivo”: estamos caminhando para uma objetivação do conceito de domicílio?.....	441
5.	Espécies de domicílio .....	442
5.1.	Em relação à pessoa: física/jurídica (de direito público e privado).....	442
5.1.1.	Inserindo o CDC no debate.....	442
5.2.	Quanto ao modo de estabelecimento (voluntário/necessário).....	442
5.3.	Quanto ao âmbito espacial (geral/especial) .....	443
5.4.	A questão do domicílio ocasional .....	443
5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	444
5.5.1.	Pluralidade de domicílio da pessoa jurídica .....	444
5.5.2.	O domicílio da pessoa jurídica estrangeira e outras situações processuais .....	444
<b>8.</b>	<b>BENS.....</b>	<b>445</b>
1.	Coisas e bens: uma constante confusão conceitual e terminológica.....	445
2.	A necessidade de atualização do conceito de bem no direito civil: “descoisificando” certos bens.....	446
3.	O conceito de patrimônio.....	447
3.1.	O abuso de certas ficções tradicionais: todos têm patrimônio.....	448
4.	Os bens como o objeto das relações jurídicas .....	448
5.	Classificação dos bens: classificamos por quê?.....	449
5.1.	Bens em si mesmos considerados.....	449
5.1.1.	Bens móveis e imóveis: visão clássica e atual (desmaterialização dos bens).....	449
5.1.1.1.	Bens imóveis.....	450
5.1.1.1.1.	Imóveis por natureza.....	450
5.1.1.1.2.	Imóveis por acessão natural.....	450
5.1.1.1.3.	Imóveis por acessão artificial ou industrial.....	450
5.1.1.1.4.	Imóveis por determinação legal.....	450
5.1.1.2.	Bens móveis.....	451

5.1.1.2.1.	Bens móveis por natureza.....	451
5.1.1.2.2.	Bens móveis por determinação legal.....	451
5.1.1.2.3.	Bens móveis por antecipação.....	451
5.1.1.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	451
5.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	452
5.1.2.1.	Bens fungíveis.....	452
5.1.2.2.	Bens infungíveis.....	452
5.1.2.2.1.	Infungíveis por natureza.....	452
5.1.2.2.2.	Infungíveis por convenção.....	452
5.1.2.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	453
5.1.3.	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	453
5.1.3.1.	Bens consumíveis.....	453
5.1.3.2.	Bens consumíveis por equiparação.....	453
5.1.3.3.	Bens inconsumíveis.....	453
5.1.3.4.	Existem repercussões pragmáticas relevantes na distinção?.....	453
5.1.4.	Bens divisíveis e indivisíveis.....	454
5.1.4.1.	Bens divisíveis.....	454
5.1.4.2.	Bens indivisíveis.....	454
5.1.4.2.1.	Indivisíveis por natureza.....	454
5.1.4.2.2.	Indivisíveis por convenção.....	454
5.1.4.2.3.	Indivisíveis por determinação legal.....	454
5.1.4.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	454
5.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	455
5.1.5.1.	Bens singulares.....	455
5.1.5.2.	Bens coletivos.....	455
5.1.6.	A questão dos bens corpóreos e incorpóreos.....	455
5.2.	Bem reciprocamente considerados: bens principais e acessórios.....	455
5.2.1.	Bens principais.....	455
5.2.2.	Bens acessórios.....	456
5.2.2.1.	Frutos e produtos.....	456
5.2.2.2.	Pertenças.....	456
5.2.2.3.	Benfeitorias: conceito e espécies.....	456
5.2.3.	Repercussões pragmáticas das distinções.....	457
5.3.	Bens quanto à titularidade do domínio.....	457
5.4.	Bens públicos.....	457
5.4.1.	Bens públicos de uso comum.....	457
5.4.2.	Bens públicos de uso especial.....	458
5.4.3.	Bens públicos dominicais.....	458
5.4.3.1.	Afetação e desafetação.....	458
5.4.3.2.	Alienação de bem público.....	458
5.4.3.3.	Usucapião de bem público.....	459
6.	Coisas fora do comércio.....	459
7.	Bem de família.....	459
7.1.	Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo.....	459
7.2.	Bem de família: dois perfis conceituais.....	460
7.2.1.	A proteção do imóvel do devedor sozinho.....	460
7.2.2.	Natureza jurídica do bem de família.....	460
7.3.	O bem de família convencional.....	460
7.3.1.	Extensão da proteção.....	460
7.3.2.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	461
7.3.3.	Legitimação para a instituição.....	461
7.3.4.	Duração.....	461
7.3.5.	A questão da solvência do instituidor.....	461
7.3.6.	A intervenção do Ministério Público.....	461

7.4.	O bem de família legal .....	461
7.4.1.	Noções conceituais e a questão do bem de menor valor .....	462
7.4.2.	Alargamento do objeto .....	462
7.4.3.	Característica do bem de família legal .....	462
7.4.4.	A questão dos bens de valor médio e imóvel único de elevado valor .....	462
7.4.5.	Exceções à regra da impenhorabilidade .....	463
7.4.6.	Compreensão ampla do núcleo familiar e a questão da residência efetiva .....	464
7.4.7.	Questões processuais .....	464
<b>9.</b>	<b>FATOS JURÍDICOS.....</b>	<b>466</b>
1.	Alguns conceitos fundamentais .....	466
1.1.	Fato jurídico .....	466
1.2.	Suporte fático .....	466
1.3.	Incidência .....	467
1.4.	Relação jurídica .....	467
1.5.	Norma jurídica: regras e princípios .....	467
1.5.1.	Estrutura das regras jurídicas .....	467
1.5.1.1.	Regras dispositivas e regras cogentes .....	468
1.5.2.	Estrutura dos princípios .....	469
1.5.2.1.	Os princípios como pontes entre o social e o jurídico .....	469
2.	Planos do mundo jurídico .....	470
2.1.	Compreendendo os três planos .....	470
2.1.1.	Plano da existência .....	470
2.1.2.	Plano da validade .....	470
2.1.3.	Plano da eficácia .....	471
2.2.	Todos os fatos jurídicos passam pelos três planos do mundo jurídico? .....	471
2.3.	Existência, validade e eficácia: exemplificando os três planos .....	471
3.	A eficácia é essencial ao conceito de fato jurídico? .....	472
4.	Distinguindo conceitos: eficácia e efetividade .....	472
5.	O direito só tem uma resposta correta para cada caso? Uma questão fascinante .....	473
6.	A crescente importância da interpretação em nossos dias .....	474
7.	Ainda há espaço, no século XXI, para as teorias gerais? .....	474
8.	Como classificar os fatos jurídicos lícitos? Entendendo cada uma das espécies .....	476
8.1.	Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> .....	476
8.2.	Ato-fato jurídico .....	476
8.2.1.	Teoria do risco: responsabilidade por ato lícito ou ilícito? .....	476
8.3.	Ato jurídico .....	477
8.3.1.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i> .....	477
8.3.2.	Negócio jurídico .....	478
<b>10.</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....</b>	<b>479</b>
1.	Negócio jurídico: um conceito relativamente recente .....	479
1.1.	Posição monista e dualista .....	479
2.	Retomando algumas distinções .....	480
2.1.	Teoria da vontade e teoria da declaração: uma velha polêmica e a opção do Código Civil .....	480
2.2.	Distinção civilística entre causa e motivo .....	480
2.2.1.	Divergências entre o querido e o declarado: reserva mental e declarações não sérias .....	481
3.	Classificação dos negócios jurídicos .....	482
3.1.	Unilaterais e plurilaterais .....	482
3.1.1.	Diferença entre parte e pessoa .....	482
3.1.2.	Negócios receptícios e não receptícios .....	482
3.2.	Solenes e não solenes (de forma livre) .....	483
3.3.	Principais e acessórios .....	483

3.4. Típicos e atípicos.....	483
3.5. <i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i> .....	483
3.6. <i>Intuitu personae</i> e impessoais.....	483
3.7. Gratuitos e onerosos.....	484
3.7.1. Comutativos e aleatórios.....	484
3.7.1.1. Bifrontes.....	484
3.8. Simples e mistos (ou complexos).....	484
3.9. Consensuais e reais.....	484
3.10. A questão da aquisição originária ou derivada.....	484
3.11. A questão dos negócios jurídicos processuais.....	485
4. As regras do Código Civil sobre interpretação e um olhar sobre a jurisprudência.....	486
4.1. A questão do silêncio: quem cala consente?.....	487
4.2. Reserva mental: qual a relevância da vontade interna não manifestada?.....	487
4.3. Princípio da conservação do negócio jurídico ( <i>utile per inutile non vitiatur</i> ): é possível aproveitar a parte válida do negócio jurídico? Regra e exceção.....	488
5. Elementos dos negócios jurídicos.....	489
5.1. Agente capaz.....	489
5.1.1. O conceito de ilegitimidade no direito civil.....	490
5.2. Objeto lícito e possível.....	490
5.3. Objeto determinado ou determinável.....	491
5.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	491
5.4.1. Escritura pública nos imóveis e possibilidade de tornar o instrumento público substancial em certos atos.....	491
6. Representação.....	492
6.1. Distinguindo: excesso na representação e abuso na representação.....	492
6.2. A figura do negócio consigo mesmo.....	493
7. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo.....	494
7.1. Condição.....	494
7.1.1. Suspensivas e resolutivas.....	494
7.1.1.1. Condição suspensiva.....	494
7.1.1.2. Condição resolutiva.....	494
7.1.1.2.1. Diferença essencial entre as hipóteses.....	495
7.1.2. Lícitas e ilícitas.....	495
7.1.3. Possíveis e impossíveis.....	495
7.1.3.1. Impossíveis suspensivas e impossíveis resolutivas.....	495
7.1.4. Abuso de direito no implemento das condições.....	495
7.1.4.1. Implemento impedido pela parte desfavorecida.....	495
7.1.4.2. Implemento forçado pela parte favorecida.....	496
7.1.5. Titular de direito eventual.....	496
7.2. Termo.....	496
7.3. Encargo ou modo.....	496

## **11. DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO..... 497**

1. Contextualização e características gerais.....	497
1.1. A opção do legislador foi a melhor? Hipóteses e sanções.....	497
1.2. Vícios de consentimento e vícios sociais.....	498
2. Erro.....	499
2.1. Espécies de erro substancial.....	500
2.1.1. Erro sobre a pessoa ( <i>error in persona</i> ).....	500
2.1.2. Erro sobre o objeto principal da declaração ( <i>error in corpore</i> ou <i>error in substantia</i> ).....	500
2.1.3. Erro sobre a natureza do negócio ( <i>error in negotium</i> ).....	500
2.1.4. A questão do erro de direito ( <i>error juris</i> ).....	500
2.2. Responsabilidade civil por interesse negativo.....	500
2.3. Retomando alguns pontos.....	501

2.3.1.	O que se deve entender por erro substancial ou essencial.....	501
2.3.1.1.	Erro escusável.....	501
2.3.2.	Erro acidental causa a anulabilidade do negócio jurídico? .....	502
2.3.3.	A questão do erro sobre o motivo.....	502
2.4.	Diferenciando erro de ignorância .....	502
2.5.	Diferenciando erro de vício redibitório.....	502
2.6.	Diferenciando erro do vício do produto no CDC.....	503
2.7.	Erro e conservação do negócio jurídico.....	503
3.	Dolo .....	504
3.1.	Dolo substancial e acidental, positivo e negativo, <i>bonus e malus</i> .....	504
3.2.	A questão do dolo recíproco: quais os limites da “compensação” entre os dolos? .....	505
3.3.	Classificação do dolo quanto à pessoa que age dolosamente.....	505
3.3.1.	Dolo praticado por uma das partes .....	505
3.3.2.	Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada... ..	505
3.3.3.	Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada... ..	505
3.4.	Dolo do representante: situações diversas na representação legal e convencional.....	505
3.5.	O dolo como causa de danos indenizáveis.....	506
3.5.1.	A ausência do dever de informar.....	506
3.6.	Retomando alguns pontos.....	507
4.	Coação .....	507
4.1.	Classificação da coação quanto a pessoa que a exerce .....	508
4.1.1.	Quando a coação é exercida por uma das partes .....	508
4.1.2.	Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	509
4.1.3.	Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	509
4.2.	Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação .....	509
4.3.	Retomando e sublinhando certos pontos.....	509
5.	Lesão.....	510
5.1.	O dolo de aproveitamento é exigível na lesão civil?.....	511
5.2.	Lesão e conservação dos contratos.....	512
6.	Estado de perigo .....	512
7.	Fraude contra credores.....	513
7.1.	Hipóteses legais.....	514
7.1.1.	Negócios de transmissão gratuita de bens.....	514
7.1.2.	Remissão de dívidas .....	514
7.1.3.	Contratos onerosos com presunção de fraude.....	514
7.1.4.	Pagamento antecipado de dívidas .....	514
7.1.5.	Concessão de garantias preferenciais.....	514
7.1.6.	Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento.....	515
7.2.	A ação pauliana .....	515
7.3.	Distinguindo a fraude contra credores da fraude à execução .....	515
7.3.1.	A fraude à execução e seus contornos .....	515
7.3.2.	Alienação de bem penhorado .....	516
8.	Prazos para arguir a anulabilidade.....	516
9.	Anulabilidade ou ineficácia? Distintas posições doutrinárias.....	517
<b>12.</b>	<b>INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....</b>	<b>519</b>
1.	Invalidade do negócio jurídico: o ontem e o hoje .....	519
2.	Inválido: gênero e espécies .....	520
2.1.	Nulo (nulidade).....	520
2.2.	Anulável (anulabilidade).....	520
3.	O inválido como fato jurídico.....	521
3.1.	A invalidade como sanção.....	521

4.	Distinções possíveis entre o nulo e o anulável.....	522
4.1.	A questão (problemática) da ordem pública <i>versus</i> interesses privados.....	522
4.1.1.	Críticas possíveis.....	522
4.1.1.1.	É possível traçar uma distinção clara entre público e privado?.....	522
4.1.1.2.	Interesse estatal e interesse público: interesses nem sempre iguais.....	523
4.1.1.3.	O interesse público deve sempre prevalecer sobre o particular?.....	523
4.2.	A possibilidade de conhecimento de ofício pelo juiz.....	523
4.2.1.	A possibilidade de conhecimento de ofício nas relações de consumo.....	523
4.3.	A possibilidade de confirmação (ratificação).....	524
4.4.	A possibilidade de convalescência (sanabilidade do vício).....	524
4.4.1.	Prazos para alegar a anulabilidade.....	524
4.5.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da decisão judicial.....	524
4.6.	Quanto às pessoas que podem invocá-las.....	525
4.7.	Quanto à produção de efeitos.....	525
4.7.1.	A razoabilidade e o negócio jurídico nulo.....	525
4.7.2.	Nulo: ordem pública; anulável: ordem privada: será mesmo?.....	525
5.	O sistema de nulidades do CDC.....	525
6.	Outras classificações possíveis.....	526
6.1.	Nulidade total e nulidade parcial.....	526
6.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	526
6.3.	Nulidade textual e nulidade virtual.....	526
7.	Conversão do negócio jurídico.....	526
8.	Simulação.....	527
8.1.	Simulação absoluta e relativa.....	528
8.2.	Negócio simulado e negócio dissimulado.....	528
8.2.1.	Conceito e pressupostos da extraversão.....	529
<b>13.</b>	<b>ILÍCITOS CIVIS.....</b>	<b>530</b>
1.	Contextualização inicial e algumas precisões conceituais.....	530
2.	Podemos dizer que o ilícito é um fato jurídico?.....	531
3.	Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?.....	532
3.1.	Uma categoria com eficácia única?.....	532
3.2.	Críticas à concepção da eficácia única.....	533
3.3.	Convivendo com as outras eficácias.....	534
3.3.1.	Ilícito indenizante.....	534
3.3.2.	Ilícito caducificante.....	535
3.3.3.	Ilícito autorizante.....	536
3.3.4.	Ilícito invalidante.....	537
4.	Cabe superar a distinção entre ilícitos absolutos e relativos?.....	537
4.1.	Em direção à outra distinção: ilícitos patrimoniais e ilícitos extrapatrimoniais.....	538
5.	O abuso de direito ou ilícito funcional.....	538
5.1.	O ilícito funcional como uma cláusula geral.....	540
<b>14.</b>	<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....</b>	<b>542</b>
1.	Contextualizando: o efeito do tempo sobre o direito.....	542
2.	Fundamento e natureza jurídica da prescrição e da decadência.....	542
3.	Prescrição e decadência: suportes fáticos parecidos, eficácias diferentes.....	543
4.	Entendendo a prescrição.....	543
4.1.	A opção – equivocada – do Código Civil de 1916.....	544
4.2.	A opção – correta – do Código Civil de 2002.....	544
5.	Direitos prestacionais e direitos potestativos: uma distinção relevante.....	545
6.	A prescrição extingue a pretensão? A prescrição como exceção.....	546
7.	Outras questões relevantes.....	546

7.1.	A questão das causas suspensivas e impeditivas.....	547
7.1.1.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria <i>contra non valentem</i> .....	547
7.2.	A questão da natureza jurídica da prescrição: ordem pública ou interesse privado?.....	548
7.3.	A questão da interrupção da prescrição.....	548
7.4.	A questão da alegabilidade da prescrição.....	549
7.5.	A questão da exceção.....	549
7.6.	A questão da prescrição intercorrente.....	549
7.7.	Prescrição da pretensão civil quando houver ação penal em curso.....	550
7.8.	Esclarecendo alguns pontos.....	551
7.8.1.	Quem está sujeito à prescrição?.....	551
7.8.2.	Quais direitos estão sujeitos à prescrição?.....	551
7.9.	Prescrição e pandemia.....	551
8.	Prazos prescricionais.....	551
8.1.	No Código Civil.....	551
8.1.1.	Conhecendo os prazos legais.....	552
8.2.	No CDC.....	552
8.3.	A teoria da <i>actio nata</i> .....	553
8.3.1.	Os rumos atuais (e jurisprudenciais) da teoria da <i>actio nata</i> .....	553
8.4.	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	555
8.5.	A questão das pretensões imprescritíveis.....	555
9.	Entendendo a decadência.....	556
9.1.	A opção do Código Civil.....	557
9.2.	As espécies de decadência.....	557
9.3.	A questão da alegabilidade da decadência.....	558
9.4.	Compreendendo as distinções entre prescrição e decadência.....	558
9.5.	Quadros comparativos.....	559
10.	Alguns prazos de prescrição e decadência.....	560
<b>15.</b>	<b>PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.....</b>	<b>561</b>
1.	Prova: matéria referente ao direito material ou processual?.....	561
1.1.	O que são normas heterotópicas? Há relevância pragmática no sistema brasileiro?.....	562
2.	O que pode ser objeto da prova?.....	562
2.1.	O direito à prova no novo processo civil: uma dimensão substancial do contraditório.....	563
3.	A disciplina do Código Civil: trata-se de rol exaustivo?.....	564
3.1.	Confissão.....	565
3.2.	Documento.....	566
3.2.1.	A fuga do papel.....	567
3.2.2.	O documento eletrônico no CPC/2015.....	567
3.3.	Testemunhas.....	568
3.3.1.	A questão da prova “exclusivamente testemunhal”.....	569
3.4.	Presunção: o que realmente pode ser entendido como tal?.....	569
3.4.1.	Presunções legais: relativa e absoluta.....	570
3.4.1.1.	As chamadas presunções absolutas ( <i>juris et de jure</i> ) são presunções?.....	570
3.4.2.	A questão da recusa de se submeter a exame médico.....	571
3.5.	Perícia.....	571
4.	Tendências que se fortalecem.....	572
4.1.	Inversões do ônus da prova: perfil e momento para inversão.....	572
4.2.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	573
4.3.	Negócios jurídicos sobre o ônus da prova.....	573
4.4.	Presunções denexo causal.....	574
4.5.	Interpretação dos negócios jurídicos e a Lei da Liberdade Econômica.....	575

**OBRIGAÇÕES**

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias .....	581
<b>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>583</b>
1. Noções gerais .....	583
1.1. Conceito de obrigações.....	583
1.2. Características essenciais.....	584
1.3. Evolução histórica.....	585
1.4. Introdução ao estudo das garantias.....	587
1.5. Posição no direito civil .....	587
1.6. O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor.....	588
1.6.1. O empresário e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19) .....	588
2. Elementos constitutivos das obrigações .....	588
2.1. Generalidades .....	588
2.2. Elemento subjetivo (o credor e o devedor).....	589
2.3. Elemento objetivo (a prestação).....	589
2.4. Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	590
2.4.1. O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	590
2.4.2. Consequências do não cumprimento espontâneo.....	590
2.4.3. A execução da obrigação através do Poder Judiciário .....	591
2.4.4. O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	591
3. Principais distinções .....	592
3.1. Direitos reais.....	592
3.1.1. Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais .....	593
3.1.2. Situações híbridas .....	594
3.1.3. Obrigações <i>propter rem</i> .....	594
3.2. Direitos da personalidade .....	595
3.3. Obrigação, dever, sujeição e ônus.....	595
4. Fontes das obrigações .....	596
4.1. Introdução .....	596
4.2. Tripartição das obrigações segundo as suas funções.....	597
4.2.1. Negócio jurídico.....	597
4.2.2. Responsabilidade civil.....	597
4.2.3. Enriquecimento sem causa.....	598
4.3. A boa-fé objetiva como fonte das obrigações.....	599
5. Os paradigmas do Código Civil no direito das obrigações.....	599
5.1. As obrigações e o Código Civil de 2002.....	599
5.2. Princípio da socialidade.....	599
5.3. Princípio da eticidade.....	600
5.4. Princípio da operabilidade.....	600
6. A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”).....	600
6.1. Introdução .....	600
6.2. Os deveres de conduta.....	601
6.2.1. Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	601
6.2.2. Funções dos deveres de conduta.....	602
6.2.3. Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	603
6.2.4. O terceiro ofendido e a relação obrigacional .....	603
6.2.5. O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	603
6.3. A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	604

<b>2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES I – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO .....</b>	<b>605</b>
1. Introdução.....	605
2. Classificação quanto ao objeto.....	605
2.1. Obrigação de dar e de restituir.....	605
2.1.1. A obrigação de dar como processo.....	606
2.1.2. Obrigação de dar coisa certa.....	606
2.1.2.1. A impossibilidade nas obrigações de dar .....	607
2.1.2.2. A teoria dos riscos .....	608
2.1.3. Obrigação de dar coisa incerta.....	613
2.1.3.1. Generalidades .....	613
2.1.3.2. O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	613
2.1.4. A desmaterialização das obrigações de dar .....	614
2.1.5. Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta.....	614
2.2. Obrigação de fazer.....	616
2.2.1. Generalidades.....	616
2.2.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer (e as dificuldades resultantes da pandemia) .....	617
2.3. Obrigação de não fazer.....	619
2.3.1. Generalidades.....	619
2.3.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer .....	620
2.4. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer.....	621
2.4.1. O Cumprimento da Sentença.....	622
2.4.2. A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	623
 <b>3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES II – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS .....</b>	 <b>624</b>
1. Obrigações alternativas .....	624
1.1. Noções preliminares.....	624
1.2. Concentração.....	625
1.3. A obrigação alternativa como processo .....	626
1.4. Impossibilidade das prestações.....	626
2. Obrigações facultativas.....	628
3. Obrigações cumulativas .....	629
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	629
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	630
5.1. Introdução .....	630
5.2. Noções gerais sobre a indivisibilidade .....	631
5.3. A indivisibilidade e as modalidades de obrigações .....	632
5.4. Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	632
6. Obrigações solidárias.....	633
6.1. Noções gerais.....	633
6.2. Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	635
6.3. Solidariedade ativa.....	636
6.3.1. Noções Gerais.....	636
6.3.2. A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada .....	637
6.4. Solidariedade passiva .....	637
6.4.1. Noções gerais .....	637
6.4.2. Remissão e renúncia à solidariedade .....	639
 <b>4. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES III – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À EXIGIBILIDADE E AO CONTEÚDO.....</b>	 <b>640</b>
1. Classificação quanto à exigibilidade.....	640
1.1. Obrigações civis e obrigações naturais.....	640
1.2. Regime das obrigações naturais.....	640

1.3.	Espécies de obrigações naturais.....	641
1.3.1.	Obrigações de trato social.....	641
1.3.2.	Obrigações fundadas em imperativos morais .....	642
2.	Classificação quanto ao conteúdo .....	642
2.1.	Obrigações de meio e de resultado .....	642
2.2.	Obrigações de garantia.....	642
<b>5.</b>	<b>DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>644</b>
1.	Introdução.....	644
1.1.	Vicissitudes da obrigação .....	644
1.2.	O crédito como objeto do tráfico jurídico .....	644
2.	Cessão de crédito.....	645
2.1.	Noções gerais.....	645
2.2.	Regime jurídico.....	645
2.3.	Efeitos da cessão de crédito .....	648
2.4.	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos .....	650
3.	Assunção de dívida .....	650
3.1.	Conceito e noções gerais .....	650
3.2.	Modalidades de assunção de dívida.....	651
3.3.	Requisitos da assunção de dívida.....	652
3.4.	Efeitos da assunção de dívida.....	653
3.5.	Distinções com modelos jurídicos afins.....	653
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	654
4.1.	Noções gerais.....	654
4.2.	Requisitos.....	656
4.3.	Efeitos.....	657
4.4.	Distinções com outros modelos jurídicos.....	657
5.	Outras formas de transmissão das obrigações .....	658
5.1.	Linhas gerais.....	658
5.2.	Usufruto de créditos.....	658
5.3.	Penhor de créditos.....	658
5.4.	Cessão da garantia sobre o crédito .....	659
5.5.	Endosso.....	660
<b>6.</b>	<b>DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES I.....</b>	<b>661</b>
1.	Introdução.....	661
1.1.	Premissas metodológicas.....	661
1.2.	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor .....	662
1.3.	Natureza jurídica do adimplemento.....	662
1.4.	O pagamento é somente um dever ou também é um direito do credor? .....	663
1.5.	Princípios norteadores do adimplemento.....	663
1.5.1.	Princípio da pontualidade .....	663
1.5.2.	Princípio da boa-fé objetiva.....	664
2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	664
2.1.	Quem paga – o <i>solvens</i> .....	664
2.1.1.	Noções gerais .....	664
2.1.2.	O terceiro interessado.....	665
2.1.3.	O terceiro não interessado .....	666
2.2.	Quem recebe – o <i>accipiens</i> .....	667
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	669
3.1.	Do objeto do pagamento .....	669
3.1.1.	O art. 317 do CC: aspectos atuais .....	670
3.2.	Da prova do pagamento .....	671

3.3. Local do pagamento.....	672
3.4. Tempo do pagamento.....	673
<b>7. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES II – MODALIDADES ESPECIAIS DE PAGAMENTO .....</b>	<b>677</b>
1. Introdução.....	677
2. Pagamento em consignação.....	677
2.1. Fundamentos da consignação.....	677
2.2. Modalidades de depósito.....	678
2.3. Hipóteses de admissão da consignação .....	678
2.4. Pressupostos da consignação.....	680
2.5. Questões polêmicas do depósito.....	681
3. Pagamento com sub-rogação .....	682
3.1. Noções introdutórias.....	682
3.2. Espécies de sub-rogação .....	682
3.3. Eficácia da sub-rogação.....	684
4. Imputação do pagamento .....	684
4.1. Considerações introdutórias.....	684
4.2. Elementos da imputação do pagamento.....	685
5. Dação em pagamento .....	686
5.1. Noções gerais.....	686
5.2. Requisitos.....	686
5.3. Aspectos relevantes.....	687
6. Novação .....	687
6.1. Noções gerais.....	687
6.2. Pressupostos da novação.....	688
6.3. Modalidades .....	689
6.4. Efeitos.....	690
7. Compensação.....	691
7.1. Noções gerais.....	691
7.2. Espécies.....	692
7.3. Limites à compensação.....	693
8. Confusão.....	694
8.1. Noções gerais.....	694
8.2. Requisitos.....	695
8.3. Efeitos.....	695
9. Remissão.....	696
9.1. Linhas gerais.....	696
9.2. Características .....	696
9.3. Efeitos.....	696
<b>8. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I .....</b>	<b>698</b>
1. O inadimplemento como gênero e as obrigações complexas.....	698
2. Espécies de inadimplemento.....	699
2.1. Inadimplemento absoluto.....	699
2.1.1. Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação .....	699
2.1.2. Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	700
2.1.3. O caso fortuito e a força maior .....	701
2.1.3.1. A pandemia e a questão da força maior.....	701
2.1.3.2. A frustração do fim do contrato.....	703
2.1.4. A resolução da obrigação pelo inadimplemento .....	704
2.1.5. Inadimplemento mínimo .....	705
2.2. Mora.....	706

2.2.1. Mora do devedor .....	706
2.2.2. Mora do credor .....	709
2.2.3. Constituição em mora .....	709
2.2.4. Purgação da mora .....	711
2.3. Violação positiva do contrato.....	712

<b>9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II – CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>714</b>
1. Perdas e danos .....	714
1.1. Noções gerais.....	714
2. Dano patrimonial.....	715
2.1. O dano emergente e o lucro cessante.....	715
2.2. Dano moral negocial .....	716
3. Juros.....	717
3.1. Noções introdutórias.....	717
3.2. Os juros moratórios no Código Civil .....	718
3.3. Os juros compensatórios no Código Civil .....	720
3.4. Os juros e as instituições financeiras.....	720
3.5. A capitalização dos juros.....	721
4. Cláusula penal.....	722
4.1. Noções introdutórias.....	722
4.2. Natureza jurídica da cláusula penal.....	723
4.3. Modalidades de cláusula penal.....	723
4.4. O balanceamento da cláusula penal.....	724
5. Arras.....	726
5.1. Noções introdutórias.....	726
5.2. Arras confirmatórias.....	726
5.3. Arras penitenciais.....	727

## RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	729
1.1. A responsabilidade civil de nossos dias: um edifício em construção.....	729
1.2. Responsabilidade civil: fundamento e crescente objetivação .....	730
1.3. Dano: um conceito geográfica e temporalmente variável .....	731
2. Princípios da responsabilidade civil.....	732
2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	732
2.2. Princípio da solidariedade social .....	732
2.3. Princípio da prevenção .....	733
2.4. Princípio da reparação integral.....	733
3. As funções da responsabilidade civil .....	735
3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	735
3.1.1. Função reparatória.....	735
3.1.2. Função punitiva.....	736
3.1.3. Função precaucional.....	737
3.2. A prevenção como cerne da responsabilidade civil atual .....	738
4. Modalidades de responsabilidade civil .....	739
4.1. A responsabilidade pela confiança: superação da clássica dicotomia .....	739
4.2. Responsabilidade pela violação positiva do contrato.....	740
4.3. Violação de deveres anexos.....	740
4.4. Responsabilidade pré-negocial: deveres anexos desvinculados da obrigação.....	741

4.5.	Responsabilidade pós-negocial: deveres anexos transcendem a obrigação .....	741
4.6.	Responsabilidade transubjetiva e os deveres anexos .....	742
4.7.	O terceiro ofendido e a relação obrigacional .....	742
4.8.	O terceiro ofensor e a relação obrigacional .....	742
5.	Teoria subjetiva: pressupostos.....	743
5.1.	Ilícito civil.....	743
5.1.1.	A caracterização do ilícito como fato jurídico .....	744
5.1.2.	Apenas do ilícito advém a responsabilidade civil?.....	744
5.1.3.	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	744
5.1.4.	Excludentes de ilicitude civil .....	745
5.1.4.1.	Estado de necessidade (art. 188, II; arts. 929 e 930) .....	746
5.1.4.1.1.	Estado de necessidade sem culpa pelo perigo.....	746
5.1.4.1.2.	Estado de necessidade com culpa pelo perigo.....	746
5.1.4.2.	Legítima defesa (art. 188, I; art. 930, parágrafo único).....	747
5.1.4.2.1.	A questão da proporcionalidade na reação .....	747
5.1.4.2.2.	Legítima defesa que causa danos em terceiros.....	748
5.1.4.2.2.1.	Legítima defesa de terceiro .....	748
5.1.4.2.3.	Legítima defesa putativa.....	749
5.1.4.3.	Exercício regular de direito (art. 188, I).....	749
5.1.4.4.	Estrito cumprimento de dever legal .....	750
5.1.4.5.	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea .....	750
5.1.5.	O abuso de direito como ato ilícito .....	751
5.1.5.1.	Exige-se dano ou culpa para a aferição do abuso de direito?.....	751
5.1.5.2.	O abuso de direito como cláusula geral.....	752
5.2.	A culpa .....	753
5.2.1.	A culpa e a responsabilidade civil.....	753
5.2.2.	A evolução do significado de culpa civil.....	753
5.2.3.	A culpa presumida .....	753
5.2.4.	A graduação da culpa .....	754
5.2.5.	O ilícito e a culpa .....	755
5.2.6.	A mitigação da reparação por equidade.....	755
5.2.7.	O renascimento da culpa.....	757
5.3.	O dano.....	758
5.3.1.	O dano como elemento essencial da responsabilidade civil.....	758
5.3.2.	O conceito de dano.....	758
5.3.3.	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	758
5.3.4.	A medida dos danos .....	759
5.3.5.	O dano patrimonial.....	759
5.3.5.1.	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	759
5.3.5.1.1.	Os danos emergentes (dano positivo) .....	759
5.3.5.1.2.	Os lucros cessantes (dano negativo).....	760
5.3.5.1.3.	A perda da chance.....	760
5.3.5.1.3.1.	Perda da chance de obtenção de futura vantagem.....	760
5.3.5.1.3.2.	Perda da chance de se evitar um prejuízo.....	761
5.3.5.2.	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial .....	761
5.3.5.2.1.	Dano reflexo ou em ricochete.....	761
5.3.5.2.2.	Danos certos ou incertos.....	762
5.3.5.2.3.	Danos presentes e futuros .....	762
5.3.6.	O dano moral (extrapatrimonial) .....	762
5.3.6.1.	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação.....	763
5.3.6.2.	Em busca de um conceito: o que é dano moral? .....	764
5.3.6.3.	Dano moral ou dano extrapatrimonial?.....	765
5.3.6.4.	Dano moral – compensação ou indenização? .....	766

5.3.6.5.	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória.....	766
5.3.6.6.	A desmonetização da reparação pelo dano moral.....	766
5.3.6.7.	O dano moral por inadimplemento obrigacional.....	767
5.3.6.8.	A titularidade do direito à reparação.....	767
5.3.6.8.1.	Os lesados diretos.....	767
5.3.6.8.1.1.	Os lesados diretos desprovidos de discernimento.....	767
5.3.6.8.1.2.	Os nascituros como lesados diretos.....	768
5.3.6.8.2.	Os lesados indiretos.....	768
5.3.6.9.	A condenação em valor inferior ao postulado nos danos morais.....	768
5.3.6.10.	A pessoa jurídica como legitimada ativa.....	768
5.3.6.10.1.	A empresa e o dano moral.....	769
5.3.6.10.2.	O dano institucional como terceira via.....	769
5.3.6.11.	O dano moral coletivo.....	770
5.3.6.11.1.	O dano moral coletivo como uma pena civil.....	771
5.3.6.12.	Valorizando e quantificando o dano moral: terreno de armadilhas e perplexidades.....	772
5.3.6.12.1.	Buscando alguma objetivação de sentido: o critério bifásico.....	772
5.3.6.12.2.	Outras questões relativas à quantificação.....	773
5.3.6.13.	A pena civil: um brevíssimo contexto.....	774
5.3.7.	O dano estético.....	775
5.4.	O nexo causal.....	776
5.4.1.	O nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil.....	776
5.4.1.1.	A concausalidade.....	777
5.4.2.	Teorias do nexo causal.....	777
5.4.2.1.	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	778
5.4.2.2.	Teoria da causalidade adequada.....	778
5.4.2.3.	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade.....	779
5.4.2.4.	Reconhecendo uma realidade: impera na prática uma imensa confusão conceitual.....	780
5.4.3.	As excludentes da responsabilidade civil.....	780
5.4.3.1.	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	781
5.4.3.2.	O fato exclusivo da vítima.....	783
5.4.3.3.	O fato concorrente e a redução de danos.....	784
5.4.3.4.	O fato de terceiro.....	784
5.4.3.5.	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva).....	785
5.4.3.6.	Causalidade virtual.....	787
5.4.3.7.	A questão atual dos múltiplos nexos de imputação.....	787
6.	Teoria objetiva.....	788
6.1.	Teoria objetiva: contexto, bases conceituais e surgimento.....	788
6.2.	Teoria do risco criado: opção brasileira?.....	789
6.3.	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....	791
6.4.	A repartição de riscos: o risco concorrente.....	791
6.5.	Distinção importante: risco integral e risco agravado.....	792
6.6.	O risco de empresa ou do empreendimento.....	794
6.7.	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	795
6.8.	As chamadas responsabilidades objetivas pura e a impura.....	795
6.9.	A securitização da responsabilidade civil: do individual ao social.....	796
7.	Responsabilidade civil pelo fato de outrem.....	797
7.1.	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	797
7.2.	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	798
7.2.1.	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?.....	798
7.3.	Danos causados por filhos maiores.....	800
7.4.	A responsabilidade civil dos incapazes.....	801
7.5.	Responsabilidade dos tutores e curadores.....	803
7.6.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	805

7.6.1.	O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	806
7.6.2.	Outras questões relevantes.....	806
7.6.3.	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	807
7.7.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	808
7.7.1.	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços.....	808
7.7.2.	Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i> .....	808
7.7.3.	A polêmica questão do direito de regresso.....	809
7.8.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	810
7.8.1.	Contextualização normativa e situações possíveis.....	810
7.8.1.1.	Danos causados a hóspedes.....	811
7.8.1.2.	Danos causados a empregados do hotel.....	811
7.8.1.3.	Danos causados a terceiros.....	812
7.9.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	812
8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	812
8.1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	812
8.2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	814
8.2.1.	Danos causados por animais nas rodovias.....	815
8.3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	816
8.4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	817
8.4.1.	A queda anônima.....	817
8.4.2.	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	818
8.5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	818
8.5.1.	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos.....	819
8.5.2.	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	820
8.5.3.	Outras situações possíveis.....	821
8.5.3.1.	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	821
8.5.3.2.	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	822
8.5.3.3.	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	822

## CONTRATOS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	825
--	-----

## PARTE I DOS CONTRATOS EM GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....</b>	<b>827</b>
1. O contrato e a Constituição Federal.....	827
1.1. A materialização dos contratos.....	827
1.2. A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	828
1.2.1. A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual.....	828
1.2.2. A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	828
1.2.3. A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	828
2. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	829
2.1. A evolução e o conceito do contrato.....	829
2.2. Localização do contrato no direito civil.....	830
2.3. O tempo do contrato – direito intertemporal.....	831
<b>2. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....</b>	<b>833</b>
1. A formação dos contratos paritários.....	833

1.1.	Noções iniciais.....	833
1.2.	Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	834
1.2.1.	Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual .....	834
1.2.2.	Proposta e aceitação .....	835
1.2.2.1.	Força vinculante da proposta.....	836
1.2.2.2.	Circunstâncias do caso .....	836
1.2.3.	Aceitação.....	837
1.2.3.1.	A aceitação pelo silêncio .....	838
1.3.	Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	838
2.	A formação dos contratos massificados.....	839
2.1.	Oferta nos contratos civis de adesão.....	839
2.2.	Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	839
2.3.	Formação do contrato eletrônico.....	840
3.	Contrato preliminar .....	841
3.1.	Noções gerais.....	841
3.2.	Regime jurídico.....	842
3.2.1.	Execução e cláusula de arrependimento.....	842
3.2.2.	Contrato preliminar unilateral.....	843
3.3.	A promessa de doação.....	843
3.4.	A eficácia real do contrato preliminar .....	844
3.5.	O contrato preliminar impróprio .....	844
<b>3.</b>	<b>A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL .....</b>	<b>846</b>
1.	Noções iniciais.....	846
2.	O princípio da autonomia privada.....	846
2.1.	Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	846
2.2.	A autonomia contratual e a autonomia existencial .....	847
2.3.	A nova força obrigatória dos contratos .....	848
2.3.1.	O papel da lei.....	848
2.3.2.	O papel do juiz.....	849
3.	O princípio da boa-fé objetiva.....	849
3.1.	A boa-fé – histórico .....	849
3.2.	Noções preliminares.....	849
3.3.	A boa-fé como modelo no Código Civil .....	850
3.4.	Os deveres de conduta.....	851
3.4.1.	A função integrativa da boa-fé.....	851
3.4.2.	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	851
3.4.3.	As funções dos deveres de conduta.....	852
3.4.4.	Violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	853
3.5.	A boa-fé e o abuso do direito .....	853
3.5.1.	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	854
3.5.2.	Categorias de exercícios abusivos do direito .....	854
3.5.2.1.	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial .....	854
3.5.2.2.	Desleal não exercício de direitos: <i>venire contra factum proprium; supressio e surrectio</i> .....	855
3.5.2.3.	Desleal constituição de direitos – <i>tu quoque</i> .....	856
3.5.2.4.	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – <i>Duty to mitigate the own loss</i> .....	856
3.6.	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	857
3.7.	A boa-fé objetiva e a pandemia.....	857
4.	A função social do contrato.....	858
4.1.	A funcionalização do negócio jurídico.....	858
4.2.	A função social do contrato como causa do negócio jurídico .....	859
4.3.	A função social interna do contrato.....	859
4.4.	A função social externa do contrato.....	860

4.4.1.	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais .....	860
4.4.2.	O terceiro ofendido.....	861
4.4.3.	O terceiro ofensor .....	862
5.	Justiça contratual.....	863
5.1.	Noções gerais.....	863
5.2.	O equilíbrio contratual.....	864
5.2.1.	A lesão.....	864
5.2.2.	Da alteração das circunstâncias.....	865
5.2.3.	A cláusula de <i>hardship</i> .....	867
<b>4.</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>868</b>
1.	Classificação estrutural dos contratos.....	868
1.1.	Categorias contratuais.....	868
1.2.	Classificações tradicionais.....	868
1.2.1.	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais .....	868
1.2.2.	Contratos onerosos e gratuitos.....	869
1.2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	870
1.2.3.1.	Noções gerais.....	870
1.2.3.2.	A alienação aleatória .....	870
1.2.4.	Contratos consensuais e reais.....	871
1.2.5.	Contratos solenes e não solenes .....	872
1.2.6.	Contratos instantâneos e contratos de duração.....	872
1.2.7.	Contratos principais e acessórios.....	873
1.2.8.	Contratos <i>intuitu personae</i> e impessoais.....	873
2.	Classificação funcional dos contratos .....	873
2.1.	Classificações do contrato contemporâneo.....	873
2.2.	O contrato de consumo.....	874
2.2.1.	Os três sujeitos contratuais .....	874
2.2.2.	Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes .....	874
2.2.3.	Contratos empresariais.....	874
2.3.	O contrato de adesão.....	875
2.4.	As cláusulas contratuais gerais .....	876
2.4.1.	Noções gerais .....	876
2.4.2.	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	877
2.5.	O contrato-tipo .....	878
2.6.	Contratos coletivos e acordos normativos.....	878
2.7.	Contratos coativos e necessários.....	878
2.8.	O contrato relacional .....	879
2.9.	O contrato eletrônico.....	880
2.10.	Contratos cativos de longa duração.....	881
2.11.	Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	881
2.11.1.	A Lei nº 11.382/06 – do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	882
3.	Qualificação dos contratos.....	883
3.1.	Qualificação e classificação dos contratos.....	883
3.2.	Contratos típicos e atípicos .....	883
3.3.	Contratos mistos e coligados .....	884
3.4.	As redes contratuais.....	885
<b>5.</b>	<b>DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>887</b>
1.	Introdução.....	887
2.	Os elementos estruturais do negócio jurídico .....	887
3.	A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	888
3.1.	A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	888
3.2.	O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos .....	889

3.3.	Interpretação dos negócios gratuitos.....	889
3.4.	Interpretação da declaração tácita de vontade.....	890
<b>6.</b>	<b>RELATIVIDADE DOS CONTRATOS .....</b>	<b>891</b>
1.	Estipulação em favor de terceiro .....	891
1.1.	Noções gerais.....	891
1.2.	Regime jurídico.....	892
1.3.	O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	892
2.	Promessa de fato de terceiro.....	893
3.	Contrato com pessoa a declarar .....	893
3.1.	Noções gerais.....	893
3.2.	Regime jurídico.....	894
<b>7.</b>	<b>EFEITOS DOS CONTRATOS.....</b>	<b>896</b>
1.	Vícios redibitórios.....	896
1.1.	Noções conceituais .....	896
1.2.	Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	897
1.3.	Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	897
1.4.	As ações edilícias.....	898
1.4.1.	Prazos decadenciais .....	899
1.5.	Os vícios redibitórios no CDC .....	900
2.	Evicção.....	901
2.1.	Noções conceituais .....	901
2.2.	Fundamentação jurídica da garantia.....	902
2.3.	Elementos da evicção.....	902
2.3.1.	Privação do direito do adquirente .....	902
2.3.2.	Preexistência do direito do terceiro.....	903
2.3.3.	Privação judicial ou extrajudicial .....	904
2.4.	Extensão da garantia .....	904
2.5.	A denúncia da lide .....	906
<b>8.</b>	<b>EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....</b>	<b>907</b>
1.	Noções gerais.....	907
2.	Extinção pelo regular cumprimento.....	907
2.1.	Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	907
2.2.	Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	908
3.	Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	908
4.	Extinção pela ineficácia .....	909
4.1.	A cláusula resolutiva expressa .....	909
4.2.	A cláusula de arrependimento .....	911
4.3.	Resilição .....	911
4.3.1.	Distrato ou resilição bilateral.....	911
4.3.2.	Resilição unilateral .....	912
4.4.	Rescisão.....	913
4.5.	Resolução.....	914
4.5.1.	Natureza da resolução .....	914
4.5.2.	A impossibilidade superveniente da prestação .....	915
4.5.3.	A extinção dos interesses objetivos do credor.....	916
4.5.3.1.	Inexecução voluntária .....	917
4.5.3.2.	Inexecução involuntária .....	917
4.5.4.	A violação positiva do contrato.....	917
4.5.5.	O adimplemento substancial.....	917
4.5.6.	O inadimplemento antecipado.....	918

4.5.7. O cumprimento dos deveres anexos pelo credor .....	919
4.6. A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	919
4.7. A resolução pela frustração do fim do contrato.....	922
4.8. Extinção por morte de um dos contratantes .....	922
5. A exceção de contrato não cumprido.....	922
5.1. Noções gerais.....	922
5.2. O risco de descumprimento .....	924

**PARTE II  
DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE**

<b>1. CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....</b>	<b>927</b>
1. Noções conceituais e natureza obrigacional.....	927
2. Classificação do contrato de compra e venda .....	928
3. Elementos essenciais da compra e venda.....	928
3.1. Generalidades .....	928
3.2. Consentimento.....	928
3.3. Preço.....	932
3.4. Coisa (objeto da compra e venda).....	934
4. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	934
4.1. Contextualização.....	934
4.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção .....	935
4.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida .....	935
4.4. Responsabilidade pelas despesas .....	936
5. Situações especiais de compra e venda.....	936
5.1. Noções gerais.....	936
5.2. Venda por amostras .....	936
5.3. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i> .....	937
6. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda.....	939
6.1. Generalidades .....	939
6.2. Retrovenda .....	939
6.3. Venda a contento e venda sujeita à prova.....	940
6.4. Preempção ou preferência convencional.....	941
6.5. Reserva de domínio .....	943
6.6. Venda sobre documentos .....	944
<b>2. CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA.....</b>	<b>946</b>
1. Noções conceituais e elementos caracterizadores .....	946
2. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	947
3. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo) .....	947
4. Aplicação das regras da compra e venda.....	947
5. Permuta de bens públicos .....	948
<b>3. CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO.....</b>	<b>949</b>
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação .....	949
2. Elementos caracterizadores .....	949
3. Classificação .....	950
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa? .....	950
5. Inversão da teoria dos riscos .....	951
6. O desfazimento do contrato estimatário e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé.....	951
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	951

<b>4. CONTRATO DE DOAÇÃO .....</b>	<b>953</b>
1. Generalidades sobre a doação.....	953
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	953
3. Classificação do contrato de doação .....	954
4. A promessa de doação.....	955
5. Elementos componentes do contrato de doação .....	955
5.1. O sujeito .....	955
5.2. O objeto.....	956
5.3. Mútuo consentimento .....	956
5.4. Forma.....	957
6. Vedações legais à doação .....	957
6.1. Noções gerais.....	957
6.2. Proibição de doação universal.....	957
6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	957
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	958
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente .....	958
7. Situações especiais de doação.....	958
7.1. Generalidades .....	958
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	958
7.3. Doação remuneratória .....	960
7.4. Doação mista.....	960
7.5. Doação contemplativa ou meritória.....	960
7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	960
7.7. Doação de ascendente para descendente.....	960
7.8. Doação para entidade futura .....	961
7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i> ) .....	961
8. Doação de bens públicos.....	961
9. Revogação da doação.....	962
9.1. A extinção da doação.....	962
9.2. A revogação da doação .....	962
9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	963
9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	963
9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	964
<b>5. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....</b>	<b>966</b>
1. Noções conceituais sobre empréstimo como uma figura contratual .....	966
2. O comodato.....	966
2.1. Noções conceituais .....	966
2.2. Elementos caracterizadores do comodato.....	967
2.3. Prazo do empréstimo.....	968
2.4. Classificação do comodato.....	969
2.5. Promessa de comodato ( <i>pactum de commodando</i> ).....	969
2.6. Obrigações do comodatário .....	969
2.7. Obrigações do comodante.....	970
2.8. Comodato de bem público.....	970
2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato .....	970
2.10. Extinção do comodato.....	971
3. O mútuo .....	971
3.1. Noções conceituais .....	971
3.2. Elementos caracterizadores do mútuo.....	971
3.3. Capacidade das partes envolvidas .....	972
3.4. Classificação do mútuo.....	972

3.5. Prazo do contrato de mútuo.....	972
3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício) .....	973
3.7. Extinção.....	974
<b>6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....</b>	<b>975</b>
1. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características .....	975
2. Classificação do contrato de prestação de serviços .....	976
3. Objeto da prestação de serviços .....	976
4. Remuneração do prestador de serviços.....	977
4.1. Generalidades.....	977
4.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	978
4.3. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	978
5. Prazo de duração da prestação de serviços.....	978
6. Aliciamento do prestador de serviços.....	979
7. Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	980
8. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação .....	980
<b>7. CONTRATO DE EMPREITADA .....</b>	<b>982</b>
1. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	982
1.1. Conceito.....	982
1.2. O objeto da empreitada .....	983
1.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	983
2. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro.....	983
3. Espécies de empreitada .....	984
3.1. Generalidades .....	984
3.2. Empreitada de labor ou de mão de obra.....	984
3.3. Empreitada de materiais ou mista.....	985
3.4. Empreitada por administração .....	985
3.5. <i>Engineering</i> .....	985
4. O preço da empreitada .....	985
4.1. Noções gerais sobre o preço.....	985
4.2. Espécies de empreitada em relação ao preço .....	986
5. O recebimento da obra .....	986
6. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro .....	987
6.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário .....	987
6.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista .....	988
6.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	988
7. Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	989
8. Suspensão do contrato de empreitada .....	989
9. Extinção do contrato de empreitada .....	990
<b>8. CONTRATO DE DEPÓSITO .....</b>	<b>992</b>
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	992
2. Classificação do contrato de depósito .....	993
3. Objeto do depósito.....	994
4. Espécies de depósito.....	995
5. Aplicação da teoria dos riscos.....	996
6. Obrigações das partes .....	996
6.1. Obrigações do depositante.....	996
6.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	996
7. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	997

<b>9. CONTRATO DE MANDATO.....</b>	<b>999</b>
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	999
2. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	999
3. Classificação do contrato de mandato.....	1000
4. Objeto do contrato de mandato.....	1002
5. Sujeitos do contrato de mandato.....	1002
5.1. Generalidades.....	1002
5.2. Mandato conjunto ou simultâneo.....	1002
5.3. Responsabilidade solidária no mandato.....	1003
6. O substabelecimento.....	1003
7. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1004
7.1. Obrigações do mandante.....	1004
7.2. Obrigações do mandatário.....	1004
7.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	1005
8. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	1005
9. Espécies de mandato.....	1006
10. Irrevogabilidade do mandato.....	1006
11. Mandato em causa própria.....	1007
12. Extinção do contrato de mandato.....	1007
<b>10. CONTRATO DE CORRETAGEM.....</b>	<b>1009</b>
1. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas.....	1009
2. Classificação.....	1010
3. Espécies de corretagem.....	1011
4. A remuneração do corretor.....	1012
5. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?.....	1014
6. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem.....	1014
<b>11. CONTRATO DE LOCAÇÃO.....</b>	<b>1016</b>
1. Campo de incidência do Código Civil.....	1016
2. Elementos contratuais.....	1017
2.1. Cessão do uso e gozo.....	1017
2.2. Coisa infungível.....	1018
2.3. Retribuição (aluguel).....	1018
2.4. Temporariedade (prazo).....	1019
3. Natureza jurídica.....	1020
4. Obrigações dos contratantes.....	1020
4.1. Obrigações do locador.....	1020
4.2. Obrigações do locatário.....	1023
4.3. Despejo e pandemia.....	1023
5. Extinção da locação.....	1023
5.1. Extinção da locação com prazo.....	1023
5.2. Extinção da locação sem prazo.....	1024
5.3. Extinção pela venda do bem locado.....	1025
5.4. Extinção pelo inadimplemento.....	1026
5.5. Extinção pela morte de uma das partes.....	1027
<b>12. CONTRATO DE FIANÇA.....</b>	<b>1028</b>
1. Noções gerais do contrato de fiança.....	1028
2. Características primordiais.....	1029
3. Regramento da fiança.....	1031

4. Eficácia da fiança .....	1032
5. Extinção da fiança .....	1035
5.1. Decurso do prazo e exoneração do fiador .....	1035
5.2. Morte do fiador .....	1035
5.3. Causas imputáveis ao credor.....	1035
5.4. Causas extintivas diretas genéricas .....	1037
5.5. Causas extintivas indiretas .....	1037
<b>13. A LEI N. 15.040/2024 E A NOVA DISCIPLINA DOS SEGUROS NO BRASIL .....</b>	<b>1039</b>

**REAIS**

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias .....	1043
<b>1. DIREITOS REAIS.....</b>	<b>1045</b>
1. Conceito.....	1045
2. Características fundamentais dos direitos reais .....	1045
2.1. Absolutismo.....	1045
2.2. Sequela.....	1046
2.3. Preferência .....	1046
2.4. Taxatividade.....	1047
3. A relação jurídica de direito real.....	1048
4. Classificação .....	1049
5. Obrigações <i>propter rem</i> .....	1049
<b>2. POSSE .....</b>	<b>1052</b>
1. Breve histórico da posse.....	1052
2. Teorias e definição da posse.....	1052
2.1. Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	1052
2.2. Teoria objetiva de Ihering .....	1053
2.3. Definição da posse.....	1053
3. Natureza da posse .....	1053
4. A função social da posse e o direito de moradia.....	1055
4.1. Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana.....	1055
4.2. A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada).....	1056
4.3. A legitimação da posse.....	1059
4.4. A posse e os conflitos multitudinários.....	1061
4.4.1. A tensão entre posse e propriedade.....	1061
4.4.2. Intervenção do Ministério Público .....	1061
4.4.3. As invasões coletivas .....	1062
4.4.4. As ocupações coletivas .....	1063
5. Objeto da posse.....	1063
6. Desdobramento da posse .....	1064
7. Composse.....	1066
8. Detenção .....	1066
9. Classificação da posse .....	1070
9.1. Vícios objetivos da posse.....	1070
9.2. Vício subjetivo da posse.....	1071
10. Interversão (convalescimento) da posse .....	1072
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte .....	1073

11.1. Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis.....	1073
11.1.1. Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	1073
11.1.2. Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade.....	1075
11.1.2.1. A aquisição da posse coletiva.....	1075
11.1.2.2. Aquisição titulada da posse de bens públicos.....	1075
11.2. Conclusão.....	1077
12. Efeitos.....	1077
12.1. Direito aos frutos.....	1077
12.2. Responsabilidade civil do possuidor.....	1078
12.3. Direito às benfeitorias.....	1078
12.3.1. Noções gerais.....	1079
12.3.2. As benfeitorias e a posse.....	1079
12.3.3. As benfeitorias e o direito de retenção.....	1080
12.3.4. As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais.....	1080
12.4. Direito à usucapião.....	1081
12.5. Ações possessórias.....	1081
12.5.1. Fundamento da proteção possessória.....	1081
12.5.2. A tutela jurisdicional da posse.....	1082
12.5.3. As ações possessórias em espécie.....	1083
12.5.3.1. Reintegração de posse.....	1084
12.5.3.2. Manutenção de posse.....	1086
12.5.3.3. Interdito proibitório.....	1086
12.5.3.4. Autoexecutoriedade.....	1087
12.5.4. Aspectos processuais das ações possessórias.....	1087
12.5.4.1. Aspectos gerais.....	1087
12.5.4.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	1090
12.5.4.2.1. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força Velha”.....	1090
12.5.4.2.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força nova”.....	1093
12.5.4.3. Natureza dúplice das possessórias.....	1093
12.5.4.4. Fungibilidade das possessórias.....	1093
12.5.4.5. Cumulação de pedidos.....	1094
12.5.4.6. Competência para processar e julgar a ação possessória.....	1095
12.6. A tutela da posse por outros mecanismos.....	1095
12.6.1. Imissão de posse.....	1095
12.6.2. Ação de nunciação de obra nova.....	1096
<b>3. PROPRIEDADE.....</b>	<b>1097</b>
1. Breve histórico da propriedade.....	1097
2. Propriedade e domínio.....	1098
3. Da propriedade às propriedades.....	1099
3.1. Propriedades <i>versus</i> propriedades.....	1099
3.2. A propriedade intelectual.....	1099
3.3. A multipropriedade.....	1100
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	1101
5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial.....	1101
6. Estrutura do direito de propriedade.....	1102
6.1. Faculdade de usar.....	1102
6.2. Faculdade de gozar.....	1103
6.3. Faculdade de dispor.....	1103
6.4. Faculdade de reivindicar.....	1103
7. Principais atributos da propriedade.....	1104
7.1. Exclusividade.....	1104
7.2. Perpetuidade.....	1104

7.3. Elasticidade e consolidação.....	1105
8. Função social das propriedades.....	1105
8.1. Generalidades.....	1106
8.2. Noção de função social.....	1106
8.3. A propriedade como direito subjetivo com função social.....	1106
8.4. A propriedade como relação jurídica complexa.....	1107
8.5. Função social da propriedade urbana.....	1107
8.6. Função social da propriedade rural.....	1108
8.7. Função social das diversas propriedades.....	1110
8.8. Síntese.....	1111
9. A extensão das faculdades da propriedade.....	1111
10. Da descoberta.....	1112
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária.....	1113
11.1. Registro.....	1113
11.1.1. Princípios regentes.....	1113
11.1.2. Da relação obrigacional para a eficácia real.....	1113
11.1.3. Aproximação entre o título e o modo.....	1114
11.1.4. Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	1115
11.1.5. Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP) – Lei n. 14.382/22.....	1116
11.1.6. Função social registral.....	1117
11.1.7. Atributos do registro.....	1117
11.1.8. Distinções terminológicas.....	1123
11.1.9. O Ato Notarial Eletrônico, a Matrícula Notarial Eletrônica e a assinatura digital: a propriedade digital e o registro público no século XXI.....	1123
11.2. Usucapião.....	1125
11.2.1. Breve histórico.....	1125
11.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	1125
11.2.3. Requisitos da usucapião.....	1126
11.2.3.1. Requisitos pessoais.....	1126
11.2.3.2. Requisitos reais.....	1127
11.2.3.3. Requisitos formais.....	1129
11.2.3.3.1. A Lei 14.010/2020 e a usucapião.....	1129
11.2.4. Usucapião extraordinária.....	1130
11.2.5. Usucapião ordinária.....	1131
11.2.5.1. Justo título.....	1132
11.2.5.2. Boa-fé.....	1133
11.2.6. Usucapião tabular.....	1133
11.2.7. Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	1133
11.2.8. Usucapião especial (urbana).....	1134
11.2.9. Usucapião urbana coletiva.....	1135
11.2.10. Usucapião urbana administrativa.....	1137
11.2.11. Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos – alterada pela Lei 13.465/17).....	1138
11.2.12. Usucapião rural.....	1140
11.2.13. Usucapião indígena.....	1141
11.2.14. Usucapião especial do artigo 68 do ADCT.....	1141
11.2.15. Usucapião pró-família.....	1141
11.2.16. Questões procedimentais e processuais da usucapião.....	1143
11.2.17. Usucapião como defesa.....	1145
11.3. Acesso.....	1146
11.3.1. Acesso natural.....	1146
11.3.2. Acesso artificial – construções e plantações.....	1147
11.3.2.1. Aspectos gerais.....	1147
11.3.2.2. A tensão entre a propriedade e a posse.....	1148
11.3.2.3. A desapropriação no interesse privado.....	1149

11.4. Legitimação fundiária.....	1150
12. Modos de perda da propriedade .....	1152
12.1. Alienação.....	1152
12.2. Renúncia.....	1152
12.3. Abandono.....	1153
12.4. Perecimento.....	1154
12.5. Desapropriação.....	1154
13. Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1155
13.1. Ocupação.....	1155
13.2. Achado do tesouro.....	1155
13.3. Especificação.....	1156
13.4. Confusão, comissão e adjunção.....	1156
13.5. Usucapião.....	1157
13.6. Tradição.....	1158
14. Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i> .....	1159
15. A propriedade aparente.....	1160
15.1. A fragmentação do direito de propriedade.....	1160
15.2. O significado da propriedade aparente.....	1160
15.3. Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade.....	1160
16. Propriedade fiduciária .....	1161
16.1. Noções introdutórias.....	1161
16.2. Conceito, elementos e natureza jurídica.....	1162
16.3. Constituição da propriedade fiduciária.....	1162
16.4. Características da propriedade fiduciária.....	1163
16.5. O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	1165
16.6. A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69.....	1166
16.7. O fim da prisão civil do depositário infiel.....	1168
16.8. A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17) e as questões do Marco Legal das Garantias (Lei n. 14.711/2023).....	1168
16.9. A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	1177
16.10. Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	1178
17. Propriedade superficiária.....	1178
17.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1178
17.2. Conteúdo do direito de superfície.....	1179
17.3. Superfície e a laje.....	1181
17.4. O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	1182
17.5. Extinção do direito de superfície.....	1183
17.6. A superfície e outros modelos jurídicos.....	1184
18. A Laje.....	1185
18.1. Conceito e noções fundamentais.....	1185
18.2. As espécies de laje.....	1186
<b>4. DIREITOS DE VIZINHANÇA .....</b>	<b>1188</b>
1. Noções gerais.....	1188
2. Uso anormal da propriedade.....	1189
2.1. Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	1189
2.2. Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	1189
2.3. Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito)....	1190
3. Árvores limítrofes.....	1190
4. Passagem forçada.....	1191
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	1191

6. Das águas.....	1192
7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	1193
8. Direito de construir.....	1195
8.1. O direito de construir e a função social da propriedade.....	1195
8.2. O direito de construir no Código Civil.....	1196
<b>5. CONDOMÍNIO .....</b>	<b>1198</b>
1. Noções gerais.....	1198
2. Condomínio ordinário.....	1199
2.1. Classificação.....	1199
2.2. Conteúdo da cotitularidade.....	1199
2.3. Exercício da cotitularidade.....	1200
2.4. Extinção do condomínio voluntário.....	1201
2.5. Administração do condomínio.....	1203
2.6. Condomínio necessário.....	1203
3. Condomínio edilício.....	1204
3.1. Noções gerais.....	1204
3.2. Natureza jurídica.....	1205
3.3. Elementos constitutivos.....	1206
3.3.1. Convenção de condomínio.....	1207
3.3.2. Regimento interno.....	1208
3.4. Direitos dos condôminos.....	1208
3.5. Deveres dos condôminos.....	1210
3.6. As sanções punitivas condominiais.....	1212
3.7. O inadimplemento condominial.....	1214
3.8. Administração do condomínio.....	1215
3.8.1. Síndico.....	1215
3.8.2. Assembleia geral.....	1216
3.8.3. Conselho fiscal.....	1217
3.9. Extinção do condomínio edilício.....	1218
3.10. O condomínio e o direito real de laje.....	1218
4. Condomínio de casas.....	1219
5. O condomínio de lotes.....	1220
5.1. Os “loteamentos fechados”.....	1220
5.2. Os condomínios de lotes.....	1221
5.3. O loteamento de acesso controlado.....	1221
6. O Condomínio em Multipropriedade.....	1222
6.1. Noções Gerais.....	1222
6.2. A regulamentação jurídica do Condomínio Multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	1223
7. Os fundos de investimento.....	1225
<b>6. DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA.....</b>	<b>1229</b>
1. Introdução.....	1229
2. A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	1229
3. Direitos reais de fruição.....	1230
3.1. Enfitese.....	1230
3.1.1. Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	1230
3.1.2. Noções gerais.....	1230
3.1.3. Objeto.....	1230
3.1.4. Modos de aquisição.....	1231
3.1.5. Conteúdo.....	1231
3.1.6. Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	1232
3.1.7. Peculiaridades.....	1233

3.2.	Servidão.....	1233
3.2.1.	Breve histórico.....	1233
3.2.2.	Conceito e natureza jurídica.....	1233
3.2.3.	Distinções necessárias.....	1234
3.2.4.	Classificação.....	1235
3.2.5.	Modos de constituição.....	1236
3.2.6.	Exercício.....	1236
3.2.7.	Extinção.....	1238
3.2.8.	Tutela processual das servidões.....	1239
3.3.	Usufruto.....	1239
3.3.1.	Conceito e características.....	1239
3.3.2.	Distinções necessárias.....	1240
3.3.3.	Objeto.....	1240
3.3.4.	Modos de constituição.....	1241
3.3.5.	Direitos do usufrutuário.....	1243
3.3.6.	Obrigações do usufrutuário.....	1245
3.3.7.	Extinção.....	1246
3.4.	Direito real de uso.....	1249
3.4.1.	O modelo do Código Civil.....	1249
3.4.2.	A concessão de direito real de uso.....	1249
3.4.3.	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1250
3.5.	Direito real de habitação.....	1250
4.	Direitos reais de garantia.....	1251
4.1.	Teoria geral.....	1252
4.1.1.	Características dos direitos reais de garantia.....	1252
4.1.2.	Princípios básicos dos direitos de garantia.....	1255
4.1.3.	Distinção entre direitos de garantia e de gozo.....	1255
4.2.	Penhor.....	1255
4.2.1.	Noções introdutórias.....	1255
4.2.2.	Características do penhor.....	1256
4.2.3.	Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	1256
4.2.4.	Extinção do penhor.....	1257
4.2.5.	Modalidades de penhor.....	1258
4.2.5.1.	Penhor rural.....	1258
4.2.5.2.	Penhor industrial e mercantil.....	1260
4.2.5.3.	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	1260
4.2.5.4.	Penhor de veículos.....	1261
4.2.5.5.	Penhor legal.....	1262
4.3.	Hipoteca.....	1263
4.3.1.	Noções gerais.....	1264
4.3.2.	Modalidades de hipoteca.....	1265
4.3.2.1.	Hipoteca convencional.....	1265
4.3.2.2.	Hipoteca legal.....	1268
4.3.2.3.	Hipoteca judiciária.....	1269
4.3.2.4.	Hipotecas especiais.....	1269
4.3.2.5.	Hipoteca censual.....	1270
4.3.3.	Remissão da hipoteca.....	1271
4.3.4.	Extinção da hipoteca.....	1272
4.4.	Anticrese.....	1273
5.	Direito real à aquisição – promessa de compra e venda.....	1274
5.1.	Noções gerais.....	1274
5.2.	A promessa como contrato preliminar.....	1275
5.2.1.	Noções gerais.....	1275
5.2.2.	Eficácia obrigacional.....	1275

5.2.3. A eficácia real do contrato preliminar.....	1277
5.2.4. O contrato preliminar impróprio.....	1278
5.2.5. A adjudicação compulsória extrajudicial – Lei 14.382/22.....	1279
5.3. A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1280
5.4. Noções gerais acerca da extinção da promessa de compra e venda à luz da Lei n. 13.786/18.....	1281

## FAMÍLIA

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	1283
--	------

### 1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS..... 1285

1. As famílias.....	1285
1.1. A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	1285
1.2. A família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	1286
2. O direito das famílias.....	1287
2.1. Noções conceituais.....	1287
2.2. Estrutura do direito das famílias.....	1287
2.3. Objeto de estudo do direito das famílias.....	1287
2.4. A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias.....	1288
2.5. A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo).....	1288
2.6. A privacidade familiar.....	1289
3. Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea.....	1289
4. Fontes do direito das famílias.....	1289
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	1290
5.1. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	1290
5.2. A não taxatividade do rol constitucional.....	1290
5.3. Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	1291
5.3.1. Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	1291
5.3.2. Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher.....	1295
5.3.3. Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	1295
5.3.4. Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	1296
5.3.5. Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	1298
6. A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	1299
7. A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	1300
7.1. A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	1300
7.2. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	1300
8. A função social da família.....	1301
9. Responsabilidade civil no direito das famílias.....	1302
10. A perda de uma chance nas relações de família.....	1303

### 2. O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA)..... 1305

1. Uma visão constitucional do casamento.....	1305
2. Estrutura jurídica do casamento.....	1305
2.1. Noções conceituais.....	1305
2.2. Finalidades do casamento.....	1306
2.3. Natureza jurídica do casamento.....	1306

2.4.	Características do casamento.....	1307
2.5.	Prova do casamento.....	1308
2.6.	Os sponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	1308
2.7.	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	1309
2.8.	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	1309
2.9.	Impedimentos matrimoniais.....	1310
2.9.1.	Noções conceituais.....	1310
2.9.2.	Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	1310
2.9.3.	Classificação dos impedimentos.....	1311
2.9.4.	Impedimentos resultantes do parentesco.....	1311
2.9.5.	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	1312
2.9.6.	Impedimento resultante da prática de crime.....	1312
2.10.	Causas suspensivas matrimoniais.....	1312
2.10.1.	Noções conceituais.....	1312
2.10.2.	Oposição das causas suspensivas.....	1312
2.10.3.	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	1313
2.10.4.	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue ( <i>turbatio sanguinis</i> ).....	1313
2.10.5.	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	1313
2.10.6.	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	1313
2.11.	A habilitação para o casamento.....	1314
2.11.1.	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	1314
2.11.2.	A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	1314
2.11.3.	O procedimento de habilitação e as suas fases.....	1315
2.12.	Casamento de militares.....	1316
2.13.	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	1316
2.14.	Contrato de emprego entre cônjuges.....	1316
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	1317
3.1.	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	1317
3.2.	A existência do casamento.....	1317
3.3.	A validade do casamento.....	1318
3.3.1.	Generalidades.....	1318
3.3.2.	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	1318
3.3.3.	O casamento anulável (invalidade relativa).....	1319
3.3.4.	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	1320
3.3.5.	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	1321
3.3.6.	O casamento putativo.....	1321
4.	Celebração do casamento.....	1322
4.1.	Noções gerais.....	1322
4.2.	Formalidades da celebração.....	1322
4.3.	O momento da celebração.....	1323
4.4.	O casamento consular.....	1323
4.5.	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	1324
4.6.	Conversão da união estável em casamento.....	1324
4.7.	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	1325
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	1326
5.1.	Generalidades.....	1326
5.2.	Efeitos sociais.....	1327
5.3.	Efeitos pessoais.....	1327
5.3.1.	Noções gerais.....	1327
5.3.2.	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	1327
5.3.3.	Fixação do domicílio conjugal.....	1328
5.3.4.	Os direitos e deveres recíprocos.....	1328

5.4.	Efeitos patrimoniais.....	1329
5.5.	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	1330
5.6.	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários .....	1330
<b>3.</b>	<b>O REGIME DE BENS DO CASAMENTO .....</b>	<b>1332</b>
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	1332
1.1.	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	1332
1.2.	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional .....	1332
2.	Lineamentos sobre o regime de bens .....	1333
2.1.	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	1333
2.2.	Princípios norteadores do regime de bens.....	1333
2.2.1.	Generalidades.....	1333
2.2.2.	A liberdade de escolha do regime de bens .....	1333
2.2.3.	Variedade do regime de bens.....	1336
2.2.4.	Mutabilidade motivada do regime de bens.....	1337
2.3.	Eficácia do regime de bens no casamento.....	1339
2.4.	Regime de bens na união estável .....	1339
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição .....	1340
3.1.	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	1340
3.2.	Atos que independem do consentimento do consorte.....	1340
3.3.	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	1341
3.4.	Atos que dependem do consentimento do cônjuge .....	1341
3.4.1.	A exigência de consentimento para determinados atos.....	1341
3.4.2.	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável .....	1342
3.4.3.	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens.....	1343
3.4.4.	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	1343
3.4.5.	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge.....	1343
3.4.6.	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	1344
4.	O pacto antenupcial .....	1344
4.1.	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo .....	1344
4.2.	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	1345
4.3.	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade .....	1345
4.4.	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	1346
5.	Os diferentes regimes de bens.....	1346
5.1.	Generalidades .....	1346
5.2.	O regime de comunhão parcial de bens.....	1346
5.3.	O regime de comunhão universal de bens.....	1348
5.4.	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	1349
5.5.	O regime de participação final nos aquestos.....	1350
<b>4.</b>	<b>A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO) .....</b>	<b>1351</b>
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado.....	1351
2.	A dissolução do casamento .....	1352
2.1.	Esforço histórico evolutivo da dissolução do casamento.....	1352
2.2.	O sistema unificado de dissolução do casamento .....	1352
2.3.	A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	1354
2.4.	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	1354
2.5.	A dissolução do casamento pela morte.....	1355
2.6.	A morte presumida como causa dissolutória do casamento .....	1355

3.	O divórcio.....	1356
3.1.	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	1356
3.2.	Noções conceituais .....	1357
3.3.	Requisito constitucional único para o divórcio.....	1357
3.4.	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015) .....	1358
3.5.	Superação do regime diferenciado do divórcio.....	1358
3.6.	O divórcio litigioso e o divórcio consensual .....	1358
3.7.	O divórcio consensual.....	1359
3.7.1.	Generalidades.....	1359
3.7.2.	O divórcio consensual em juízo .....	1359
3.7.3.	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	1360
3.8.	O divórcio litigioso .....	1361
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio .....	1361
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio .....	1363
5.1.	A possibilidade de descon sideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015 .....	1363
5.2.	Outras controvérsias patrimoniais relevantes.....	1364
<b>5.</b>	<b>A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL) .....</b>	<b>1366</b>
1.	Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	1366
2.	Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira.....	1367
3.	A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias.....	1368
3.1.	A união livre e a sociedade de fato.....	1368
3.2.	O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico .....	1368
3.3.	A união estável.....	1369
3.4.	O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa .....	1370
4.	Elementos caracterizadores da união estável .....	1370
4.1.	Noções gerais.....	1370
4.2.	O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família).....	1371
4.3.	A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas) .....	1371
4.4.	A estabilidade .....	1372
4.5.	A continuidade.....	1372
4.6.	A publicidade.....	1372
4.7.	A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas.....	1373
4.8.	A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares .....	1373
5.	Efeitos pessoais da união estável .....	1375
5.1.	As relações pessoais entre os companheiros.....	1375
5.2.	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação .....	1375
5.3.	Direito ao uso do sobrenome do companheiro .....	1376
5.4.	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade .....	1376
5.5.	Adoção por companheiros.....	1376
5.6.	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	1377
5.7.	Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	1377
5.8.	A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	1377
5.9.	Enquadramento como herdeiro necessário.....	1378
5.10.	Impedimento para testemunhar .....	1378
6.	Efeitos patrimoniais .....	1378
6.1.	As consequências econômicas da união estável .....	1378
6.2.	O regime de bens e o direito à meação.....	1378
6.3.	O contrato de convivência na união estável e seus efeitos.....	1380
6.3.1.	Contornos gerais do contrato de convivência.....	1380

6.3.2.	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	1381
6.3.3.	Eficácia do pacto convivencial.....	1381
6.3.4.	Conteúdo.....	1381
6.3.5.	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	1382
6.3.6.	O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	1382
6.4.	Alimentos na união estável.....	1383
6.5.	Direito aos benefícios previdenciários.....	1383
6.6.	Efeitos tributários.....	1383
6.7.	Impenhorabilidade do bem de família.....	1383
7.	Conversão da união estável em casamento.....	1384
8.	Aspectos processuais da união estável.....	1385
9.	Ações típicas da união estável.....	1385
<b>6.</b>	<b>O PARENTESCO.....</b>	<b>1387</b>
1.	Noções conceituais sobre o parentesco.....	1387
1.1.	O vínculo parental: linhas e graus.....	1388
1.2.	Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	1389
2.	As espécies de parentesco.....	1390
2.1.	Espécies de parentesco.....	1390
2.2.	O parentesco por afinidade.....	1390
2.3.	O parentesco e a obrigação alimentar.....	1391
<b>7.</b>	<b>A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS.....</b>	<b>1393</b>
1.	A filiação à luz do direito civil-constitucional.....	1393
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	1393
2.1.	Noções conceituais sobre a filiação.....	1393
2.2.	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	1394
2.3.	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel”).....	1395
2.4.	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	1395
2.5.	O parto anônimo (“roda dos enjeitados”) e a questão filiatória.....	1397
2.6.	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente.....	1398
3.	CrITÉRIOS DETERMINANTES DA FILIAÇÃO.....	1398
3.1.	Generalidades.....	1398
3.2.	CrITÉRIO DA PRESUNÇÃO LEGAL (a presunção <i>pater is est</i> ).....	1399
3.2.1.	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i> .....	1399
3.2.2.	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	1399
3.2.3.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual).....	1400
3.2.4.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	1400
3.2.5.	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	1403
3.3.	CrITÉRIO BIOLÓGICO (exame DNA).....	1404
3.4.	CrITÉRIO AFETIVO (a filiação socioafetiva).....	1404
3.5.	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	1405
3.6.	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	1406
4.	O reconhecimento de filhos.....	1407
4.1.	O reconhecimento voluntário de filhos.....	1407
4.2.	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa.....	1409
4.3.	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	1409
4.3.1.	Generalidades.....	1409
4.3.2.	Legitimidade ativa.....	1411
4.3.3.	Legitimidade passiva.....	1412
4.3.4.	Litisconsórcio.....	1413
4.3.5.	Competência.....	1413

4.3.6.	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	1413
4.3.7.	A prova nas ações investigatórias de parentalidade.....	1414
4.3.8.	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família..	1415
4.3.9.	A coisa julgada nas ações filiatórias.....	1415
<b>8.</b>	<b>A GUARDA DE FILHOS .....</b>	<b>1417</b>
1.	A guarda em visão conforme a Constituição.....	1417
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	1417
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	1418
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	1420
5.	A guarda compartilhada.....	1420
5.1.	Noções gerais sobre a guarda compartilhada .....	1420
5.2.	Critérios para o seu compartilhamento da guarda.....	1420
5.3.	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado .....	1421
5.4.	A questão da guarda compartilhada quando houver violência.....	1422
6.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral .....	1423
<b>9.</b>	<b>OS ALIMENTOS.....</b>	<b>1424</b>
1.	Os alimentos na visão civil-constitucional.....	1424
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	1424
2.1.	Noções conceituais e natureza jurídica.....	1424
2.2.	Características .....	1425
2.2.1.	Caráter personalíssimo .....	1425
2.2.2.	Irrenunciabilidade.....	1426
2.2.3.	Atualidade .....	1426
2.2.4.	Futuridade.....	1426
2.2.5.	Imprescritibilidade.....	1427
2.2.6.	(In)Transmissibilidade.....	1427
2.2.7.	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	1428
2.2.8.	Irrepetibilidade.....	1429
2.2.9.	Incompensabilidade.....	1430
2.2.10.	Impenhorabilidade .....	1430
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	1430
2.3.1.	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar .....	1430
2.3.2.	Alimentos entre cônjuges.....	1430
2.3.3.	Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável).....	1431
2.3.4.	Alimentos decorrentes do parentesco.....	1432
2.3.5.	Alimentos prestados em favor do nascituro (os alimentos gravídicos).....	1432
2.4.	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	1433
2.5.	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos .....	1433
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	1433
3.1.	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios .....	1433
3.2.	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência) .....	1434
3.3.	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos.....	1434
3.4.	Alimentos transitórios.....	1435
4.	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais .....	1435
5.	A prisão civil do devedor de alimentos.....	1436
6.	A execução dos alimentos pretéritos.....	1437
7.	A prestação de contas em alimentos .....	1437

<b>10. A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA) .....</b>	<b>1439</b>
1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional .....	1439
2. A tutela.....	1440
2.1. A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10).....	1440
2.2. Noções conceituais sobre a tutela.....	1440
2.3. Modalidades de tutela.....	1441
2.4. Manifestação de vontade do tutelado.....	1442
2.5. Incapacidade para a tutela.....	1442
2.6. Escusa dos tutores.....	1442
2.7. Garantia da tutela.....	1443
2.8. O protutor.....	1443
2.9. Exercício da tutela.....	1443
2.9.1. Generalidades.....	1443
2.9.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	1444
2.9.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	1444
2.10. Responsabilidade judicial na tutela.....	1445
2.11. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro)....	1445
2.12. Prestação de contas.....	1445
2.13. Extinção da tutela.....	1446
3. A curatela.....	1446
3.1. Noções conceituais sobre a curatela.....	1446
3.2. O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	1447
3.3. Espécies de curatela: as hipóteses de incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	1448
3.4. A curatela especial do nascituro.....	1450
3.5. As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	1450
3.6. A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	1452
3.7. Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades.....	1452
3.8. O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1453
3.8.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do curatelando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1453
3.8.2. A ação de curatela.....	1453
3.8.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1458
<b>11. A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO.....</b>	<b>1459</b>
1. Uma visão constitucional da adoção.....	1459
2. Generalidades sobre a adoção.....	1460
2.1. Noções conceituais.....	1460
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos.....	1460
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa.....	1461
2.4. O estágio de convivência.....	1462
2.5. Legitimidade para a adoção.....	1462
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1463
2.7. A adoção pelo par homoafetivo.....	1464
2.8. A adoção “à brasileira”.....	1464
2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1465
2.10. A adoção póstuma.....	1465
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção.....	1466
2.12. Efeitos jurídicos da adoção.....	1466
2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção.....	1467
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1467

3. Aspectos processuais da adoção .....	1468
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção .....	1468
3.2. Competência .....	1468
3.3. A atuação do Ministério Público.....	1469
3.4. O cadastro e o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção.....	1469
3.5. A sentença no procedimento de adoção .....	1469

## SUCESSÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias .....	1471
---	------

### 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES..... 1473

1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico .....	1473
2. Objeto da sucessão hereditária ( <i>causa mortis</i> ): a transmissão patrimonial .....	1474
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas .....	1474
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais .....	1474
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório .....	1476
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i> .....	1476
2.5. Contas bancárias conjuntas.....	1476
2.6. Seguro de vida.....	1477
3. O direito das sucessões .....	1477
3.1. A sucessão na perspectiva constitucional.....	1477
3.2. A função social da sucessão .....	1478
3.3. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	1478
4. Terminologias essenciais .....	1478
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i> .....	1478
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário.....	1478
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	1479
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários).....	1479
4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	1480
4.6. Herdeiro universal.....	1481
4.7. Herança e espólio.....	1481
4.8. Herança e meação .....	1481
4.9. Herança e a aceitação com benefício de inventário.....	1482
4.10. Inventário e partilha.....	1482
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões .....	1483
6. O planejamento sucessório .....	1483

### 2. ELEMENTOS GENÉRICOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES (A SUCESSÃO EM GERAL)..... 1485

1. Linhas gerais sobre a morte.....	1485
1.1. Sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte.....	1485
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro.....	1486
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência) .....	1486
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i> ).....	1487
1.5. A comoriência.....	1488
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial .....	1489
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão) .....	1490
2.1. A abertura da sucessão .....	1490
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática ( <i>saisine</i> ).....	1491
2.2.1. Generalidades.....	1491
2.2.2. Fixação da norma material sucessória .....	1491

2.2.3.	Verificação da legitimação sucessória .....	1492
2.2.4.	Cálculo da legítima.....	1492
2.3.	O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário .....	1493
3.	A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	1494
3.1.	Sobre a legitimação sucessória .....	1494
3.2.	Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	1494
3.3.	A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	1495
3.4.	Legitimação para suceder por testamento.....	1496
3.5.	A falta de legitimação para a sucessão testamentária .....	1497
4.	A indignidade e a deserdação .....	1499
4.1.	Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação .....	1499
4.2.	Natureza jurídica da indignidade e da deserdação.....	1499
4.3.	A questão do reconhecimento judicial.....	1499
4.4.	Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação .....	1501
4.5.	O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé .....	1501
4.6.	A indignidade .....	1501
4.6.1.	Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	1501
4.6.2.	Hipóteses de cabimento .....	1502
4.6.3.	Reabilitação do indigno (perdão do ofendido).....	1504
4.7.	A deserdação .....	1505
4.7.1.	Pressupostos da deserdação.....	1505
4.7.2.	Causas deserdativas dos herdeiros necessários .....	1505
4.7.3.	A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i> .....	1507
4.7.4.	O perdão do ofendido (reabilitação do deserddado).....	1507
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	1507
5.1.	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários .....	1507
5.2.	Direito de preferência ou prelação.....	1508
5.3.	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	1509
5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário .....	1509
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários.....	1510
6.	A aceitação da herança .....	1510
6.1.	Noções conceituais .....	1510
6.2.	Aceitação da herança com benefício de inventário.....	1511
6.3.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade).....	1511
6.4.	Integralidade da aceitação.....	1511
6.5.	Formas de aceitação da herança.....	1512
6.6.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança.....	1512
7.	A renúncia da herança.....	1513
7.1.	Generalidades e noções conceituais .....	1513
7.2.	Requisitos da renúncia da herança .....	1513
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	1514
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	1515
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	1515
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa).....	1516
8.	A petição de herança .....	1516
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	1516
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança .....	1517
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança .....	1517
8.4.	O objeto da petição de herança .....	1518
8.5.	A prescritebilidade da pretensão de petição de herança .....	1518
8.6.	Efeitos da petição de herança.....	1519
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente .....	1519

<b>3. A SUCESSÃO LEGÍTIMA (A SUCESSÃO OPERADA POR FORÇA DE LEI).....</b>	<b>1521</b>
1. Noções gerais sobre a sucessão legítima .....	1521
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	1522
3. A herança jacente e a herança vacante .....	1522
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído.....	1522
3.2. A herança jacente.....	1523
3.3. A herança vacante.....	1523
3.4. Abertura simplificada da vacância.....	1524
3.5. Direito de cobrança de créditos .....	1524
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	1524
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação.....	1524
4.2. Campo de aplicação.....	1525
4.3. Linhas de incidência da sucessão por representação .....	1525
4.4. Pressupostos para a sucessão por representação .....	1526
4.5. Efeitos da sucessão por representação .....	1526
5. A sucessão dos descendentes.....	1526
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes .....	1526
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	1527
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade .....	1527
6. A sucessão dos ascendentes.....	1528
7. A sucessão do cônjuge.....	1529
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	1529
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil.....	1529
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato .....	1529
7.4. A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança .....	1530
7.4.1. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	1530
7.4.2. A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	1531
7.4.3. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes .....	1532
7.4.4. Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes.....	1533
7.5. A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança .....	1533
7.6. O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência).....	1534
7.7. O direito real de habitação do cônjuge .....	1534
8. A sucessão dos companheiros.....	1535
9. A sucessão dos colaterais.....	1537
<b>4. A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA (A SUCESSÃO DE ACORDO COM A VONTADE DO TITULAR DO PATRIMÔNIO) .....</b>	<b>1539</b>
1. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	1539
1.1. Noções conceituais sobre o testamento .....	1539
1.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade .....	1540
1.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i> .....	1541
1.4. A natureza não testamentária do testamento vital ( <i>living will</i> ou diretivas antecipadas).....	1542
1.5. Características fundamentais do testamento.....	1542
1.6. A proibição do pacto sucessório .....	1543
2. Capacidade testamentária.....	1544
2.1. Lineamentos gerais.....	1544
2.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	1544
2.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa .....	1546
2.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder).....	1546
2.5. Prazo para a impugnação do testamento.....	1546

3.	As diferentes formas testamentárias .....	1547
3.1.	Referências gerais .....	1547
3.2.	As testemunhas testamentárias .....	1547
3.3.	Testamento público .....	1548
3.4.	Testamento cerrado, secreto ou místico .....	1550
3.5.	Testamento particular ou hológrafo (inteiramente escrito pelo testador) .....	1551
3.6.	Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico .....	1552
3.7.	Testamentos especiais: militar .....	1553
3.8.	A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos .....	1553
4.	O codicilo .....	1554
4.1.	Noções conceituais .....	1554
4.2.	Objeto do codicilo .....	1555
4.3.	Revogação do codicilo .....	1556
5.	As cláusulas testamentárias .....	1556
5.1.	Introdução: as disposições testamentárias .....	1556
5.2.	A nulidade das cláusulas derogatórias .....	1557
5.3.	Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo) .....	1557
5.4.	Interpretação das disposições testamentárias .....	1558
5.5.	Invalidez das disposições testamentárias .....	1559
5.6.	Nomeação por certo motivo .....	1560
5.7.	Cláusulas testamentárias restritivas .....	1560
5.7.1.	Generalidades .....	1560
5.7.2.	Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima .....	1561
5.7.3.	Mitigação das cláusulas restritivas .....	1562
5.7.4.	Extensão temporal da cláusula restritiva .....	1563
6.	A redução das cláusulas testamentárias .....	1563
7.	O direito de acrescer .....	1564
7.1.	O direito de acrescer no campo sucessório .....	1564
7.2.	Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros .....	1565
7.3.	Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários .....	1565
7.4.	Direito de acrescer no legado de usufruto .....	1566
8.	O testamenteiro .....	1566
8.1.	Noções gerais .....	1566
8.2.	Funções do testamenteiro .....	1567
8.3.	Aceitação do encargo pelo testamenteiro .....	1567
8.4.	Remuneração do testamenteiro .....	1567
9.	A substituição testamentária .....	1568
9.1.	Sobre a possibilidade de substituição testamentária .....	1568
9.2.	Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro .....	1568
9.3.	A substituição vulgar ou ordinária .....	1568
9.4.	A substituição recíproca .....	1569
9.5.	A substituição fideicomissária .....	1569
10.	Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento .....	1571
10.1.	Noções gerais sobre a extinção do testamento .....	1571
10.2.	Extinção do testamento por invalidez .....	1571
10.3.	Caducidade do testamento .....	1572
10.4.	Revogação do testamento .....	1572
10.5.	Rompimento do testamento .....	1573
<b>5.</b>	<b>INVENTÁRIOS E PARTILHAS .....</b>	<b>1575</b>
1.	Noções gerais sobre o inventário .....	1575
2.	O procedimento de inventário .....	1576
2.1.	O procedimento contencioso de inventário .....	1576

2.2. O inventário negativo.....	1576
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário.....	1576
2.4. O procedimento tradicional de inventário.....	1577
2.5. O arrolamento sumário.....	1577
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	1578
2.7. O inventário extrajudicial.....	1578
2.8. O alvará judicial.....	1580
2.9. A partilha por ato entre vivos.....	1581
3. Competência.....	1581
4. Prazo de abertura.....	1582
5. Legitimidade para a abertura do inventário.....	1583
6. Valor da causa e custas processuais.....	1584
7. Questões de alta indagação.....	1584
8. O inventariante.....	1585
8.1. Noções gerais.....	1585
8.2. A nomeação do inventariante.....	1585
8.3. A inventariança e a representação do espólio.....	1586
8.4. As atribuições.....	1587
8.5. A remoção e a destituição do inventariante.....	1587
9. O procedimento (comum) de inventário.....	1588
9.1. Generalidades.....	1588
9.2. Petição inicial.....	1588
9.3. As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações).....	1588
9.4. Intervenção do Ministério Público.....	1589
9.5. Impugnações.....	1589
9.6. Avaliações.....	1589
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	1590
9.8. Pagamento das dívidas do falecido.....	1591
9.9. Sonogados.....	1591
9.10. Colação e redução das doações inoficiosas.....	1592
9.10.1. Generalidades.....	1592
9.10.2. Alcance subjetivo da colação.....	1592
9.10.3. Cálculo do bem a ser colacionado.....	1593
9.10.4. Dispensa da colação.....	1593
9.11. A partilha.....	1594
9.11.1. Noções conceituais.....	1594
9.11.2. Espécies de partilha.....	1594
9.11.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	1595
9.11.4. A emenda da partilha e a sobrepartilha.....	1596
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1597</b>